

VANESSA LIMA DOS SANTOS PAULIK

**ANÁLISE FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DO RAMO MECÂNICO:
ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao Programa do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Contabilidade e Finanças.

Orientadora: Profa. Márcia Bortolucci Espejo, Dra.

**CURITIBA
2008**

Dedico este trabalho de todo meu corpo e alma, ao meu esposo, porque sem ele, os dias de minha vida seria um vazio existencial. A minha filha por se constituir diferentemente enquanto pessoa, igualmente bela e admirável em essência. Estímulos estes que me impulsionaram a buscar vida nova a cada dia, meus agradecimentos por terem aceito se privar de minha companhia pelos estudos, concedendo a mim a oportunidade de me realizar ainda mais.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a Prof. Dra. Márcia Bortolucci Espejo, pela contribuição com seus conhecimentos e sugestões na orientação desta monografia.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta monografia.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a Análise dos Índices Econômico-Financeiros, pois se tornou de grande importância para o gerenciamento e o sucesso dos negócios. Com essas análises procura-se fazer uma avaliação dos pontos fortes e fracos no ciclo produtivo da empresa propondo assim alternativas para corrigir eventuais distorções no curso dos processos gerenciais e assim auxiliando na tomada de decisão. A fundamentação teórica do trabalho apresenta uma explicação das principais demonstrações, que dentre as quais, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício e correção através do índice IGP-M; realização das análises vertical e horizontal dos B.P. e D.R.E.; elaboração da análise dos índices; classificação quanto à tipologia do modelo de Fleuriet de análise dinâmica do capital de giro; cálculo dos ciclos de produção, operacional, financeiro e econômico. O trabalho foi desenvolvido com base na revisão bibliográfica que buscou detalhar as demonstrações contábeis bem como os índices utilizados e um estudo de caso. Todo esse processo visa um entendimento facilitado aos demais interessados no assunto.

Palavras-chave: análise, índices, econômico-financeiro.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
LISTA DE QUADROS	VII
LISTA DE FIGURAS.....	VIII
LISTA DE GRÁFICOS.....	IX
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMÁTICA	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo Geral.....	11
1.2.2 Objetivos Específicos	11
1.3 JUSTIFICATIVA	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	14
2.2 BALANÇO PATRIMONIAL	15
2.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	17
2.4 DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA – DFC.....	18
3. ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES	21
3.1 O PAPEL DOS ÍNDICES DE BALANÇO.....	21
3.1.2 Aspectos da empresa revelados pelo índice	21
3.1.3 Reestruturação do Balanço.....	22
3.2 ANÁLISES VERTICAL E HORIZONTAL.....	23
3.3 DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ÍNDICES	23
3.3.1 Estrutura de Capitais.....	23
3.3.2 Composição do Endividamento: PC /CT	24
3.4 LIQUIDEZ.....	26
3.4.1 Liquidez Geral	26
3.4.2 Liquidez Corrente	27
3.4.3 Liquidez Seca.....	27
3.5 RENTABILIDADE.....	28
3.5.1 Giro do Ativo.....	28
3.5.2 Margem Líquida.....	28
3.5.3 Rentabilidade do Ativo:.....	29
3.5.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido.....	29
4 ANÁLISE DINÂMICA DO CAPITAL DE GIRO	30
4.1 O MODELO FLEURIET - CONTAS CÍCLICAS E ERRÁTICAS E NECESSIDADE LÍQUIDA DE CAPITAL DE GIRO	30
4.2 CAPITAL DE GIRO	31
4.3 INVESTIMENTO OPERACIONAL EM GIRO (IOG).	32
4.4 CLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA FINS DO INVESTIMENTO OPERACIONAL EM GIRO (IOG).	33
4.5 NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO.....	35
4.6 MEDIDAS DE DESEMPENHO DO BALANÇO.	36
4.6.1 Estruturas financeiras e níveis de risco	36
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
5.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	38
5.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	40
6 ESTUDO DE CASO	41
6.1 REESTRUTURAÇÃO DAS CONTAS DOS B.P E D.R.E. 2005, 2006 E 2007	41

6.2 ATUALIZAÇÃO PELO IGP-M E ANÁLISES VERTICAL/HORIZONTAL	44
6.3 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CORRIGIDOS	45
6.4 ANÁLISES ATRAVÉS DOS ÍNDICES VERTICAL/HORIZONTAL	46
6.5 CALCULO DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIRO	47
6.6 CALCULOS E GRÁFICOS DA ÁREA DO CCL E CCP	49
6.7 ANÁLISE AVANÇADA DO CAPITAL DE GIRO	51
6.8 GRÁFICOS IOG X CCL	53
7 CONCLUSÕES	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Balanço Patrimonial estrutura legal.....	16
Quadro 2: DRE estrutura legal.....	18
Quadro 3: Estrutura DFC.....	20
Quadro 4: Estrutura BP.....	32
Quadro 5: Estrutura BP para fins da IOG.....	34
Quadro 6: Estrutura financeiras e níveis de risco.....	36
Quadro 7: Reestruturação das conta BP 2005, 2006 e 2007.....	41
Quadro 8: Índice de correção.....	44
Quadro 9: Balanço Patrimonial atualizado IGP-M.....	45
Quadro 10: Calculo dos índices econômicos-financeiros.....	48
Quadro 11: Calculo de CCL X CCP	50
Quadro 12: Estrutura do BP para análise avançada do Capital de Giro.....	52
Quadro 13: Estrutura do BP para análise do ano de 2005.....	53
Quadro 14: Estrutura do BP para análise do ano de 2006.....	53
Quadro 15: Estrutura do BP para análise do ano de 2007.....	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aspectos revelados pelos índices.....	22
Figura 2: Participação de Capitais de Terceiros.....	24
Figura 3: Composição do Indivíduo.....	24
Figura 4: Imobilização Patrimônio Líquido.....	25
Figura 5: Imobilização dos recursos não correntes.....	25
Figura 6: Liquidez Geral.....	26
Figura 7: Liquidez Corrente.....	27
Figura 8: Liquidez Seca.....	27
Figura 9: Giro do Ativo	28
Figura 10: Margem Líquida	28
Figura 11: Rentabilidade do Ativo.....	29
Figura 12: Rentabilidade do Patrimônio Líquido.....	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: B P e DRE 2005 reclassificado e atualizado pelo IGP-M	43
Gráfico 2: BP e DRE 2006 reclassificado e atualizado pelo IGP-M	43
Gráfico 3: BP e DRE 2007 reclassificado e atualizado pelo IGP-M	44
Gráfico 4: CCL X CCP	49
Gráfico 5: IOG X CCL	54

1 INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações financeiras das empresas tornou-se de vital importância para o gerenciamento e sucesso das empresas. Em outras palavras, as mesmas constituem-se informações fundamentais para a elaboração do diagnóstico financeiro das organizações. Percebe-se cada vez mais a necessidade que administradores e empreendedores têm de conhecer essas informações que afetam, no sentido macro seu mercado e no sentido micro a sua empresa.

No Brasil esta técnica só foi difundida nos anos 70 (KANITZ,1974).Hoje é grande o número de usuários das análises de balanço. Por esta razão é fundamental que os administradores das empresas usem a análise de balanço para que possam tomar decisões, que permitam uma apresentação de solidez da empresa face aos diversos segmentos com os quais se relaciona. Sobretudo, para aprimorar sua gestão, aumentar seu desempenho e dar o retorno desejado, permitindo que a empresa possa atravessar íntegra pelos obstáculos do mercado.

Este trabalho desenvolverá diversas análises, através de demonstrações contábeis, cujos objetivos são de estudar e comparar itens do patrimônio e os resultados das operações, a fim de fornecer informações sobre a empresa.

Através de normas e princípios contábeis, poderá ser determinada a potencialidade da empresa, obtendo previsões operacionais, econômicas, patrimoniais e financeiras. Resumidamente pode-se dizer que a análise de financeira de uma empresa consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como situações que venham afetá-la financeiramente.

1.1 PROBLEMÁTICA

Qual a situação econômico-financeira de uma empresa do ramo mecânico medida pela análise de balanços?

Partindo-se da hipótese de que parte das informações que são utilizadas para a tomada de decisões está nas demonstrações contábeis, especialmente no suplemento de análise destas demonstrações, afirma-se que a importância em se proceder a análise financeira e de balanços é de um grau de relevância extremamente alto.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Relatar o diagnóstico sobre a real situação econômico-financeira da empresa, utilizando de informações contábeis auxiliando assim no processo de tomada de decisões.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) comparar o resultado da análise da empresa de um ano para o outro;
- b) retratar pontos fortes e fracos, através dos índices de estrutura, liquidez e rentabilidade;
- c) medir o grau da utilização do capital de terceiros e seus efeitos na formação da taxa de retorno do capital próprio.
- d) demonstrar a mensuração da lucratividade, rentabilidade do capital próprio, o lucro líquido por ação e o retorno de investimentos operacionais.

1.3 JUSTIFICATIVA

A principal motivação para a realização deste estudo de caso é a contribuição que ela irá proporcionar aos empresários, gestores, pesquisadores e demais interessados apresentando informações, que de modo geral retratará a situação econômica e financeira da empresa, o qual poderá ser utilizada para a tomada de decisões por parte da administração. Um sistema financeiro bem desenvolvido é a base e uma característica essencial de qualquer nação desenvolvida moderna. Os assuntos financeiros são de grande valia para qualquer tipo de empresa – financeiras e não financeiras, privadas, públicas, grandes e pequenas, com ou sem fins lucrativos. Desempenham as mais diversas tarefas financeiras, tais como planejamento, concessão de crédito e clientes, avaliação de projetos de investimento e captação de fundos para financiar as operações da empresa.

Como a maioria das decisões numa empresa é avaliada em termos financeiros, a análise financeira é colocada em primeiro lugar. Importância da análise financeira ao contrário do que se pode imaginar, a análise financeira,

ou análise de indicadores, não serve apenas para ajudar na própria gestão da empresa. Ela também pode ser fundamental na obtenção de financiamentos, pois os bancos, em geral, analisam a capacidade de a empresa arcar com os encargos da dívida através desses mesmos indicadores. Esta capacidade é medida pelos indicadores de liquidez e de estrutura de capital da empresa. Além disto, a análise financeira pode ajudar a convencer os sócios existentes, ou potenciais, a investir mais dinheiro na empresa. Afinal, um acionista que obtém ganhos elevados com relação ao dinheiro que investiu, o que é medido através dos indicadores de rentabilidade, provavelmente irá se interessar em colocar mais dinheiro na empresa.

No caso da gestão da empresa, os indicadores de atividade permitem que o empresário consiga estimar quanto tempo leva, em média, para que seus estoques acabem, ou quanto tempo, em média, ele leva para receber no caso de vendas a prazo, ou até mesmo quanto tempo em média ela está demorando até pagar os seus fornecedores, pelos sócios, ou patrimônio líquido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A análise de balanços transforma os dados extraídos das demonstrações financeiras em informações. O grau de excelência é alcançado pela qualidade e extensão dessas informações. Relatórios escritos em linguagem corrente é o produto da análise de balanços, sendo que, um bom relatório de análise de balanços é aquele que apresenta informações em vez de dados. A análise poderá ter várias finalidades, mas poderá referir-se ao passado, presente ou futuro em termos de situação e desempenho em relação a empresa em questão.

As informações fornecidas através das análises permitem concluir se a empresa merece crédito ou não; se há ou não uma boa administração, ou ainda, se pode pagar suas dívidas, sua lucratividade, enfim, como esta sendo administrada financeiramente.

Conforme Ludícibus (1998, p.20) a análise de balanço é, "a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso".

Analisando as demonstrações se conhece mais problemas do que soluções, entretanto, se convenientemente manuseada pode se tornar o "painel de controle" da empresa. Não existe uma forma comprovada de se obter um diagnóstico preciso, por mais que existem alguns cálculos razoavelmente formalizados. Comprovando assim, que as conclusões dos analistas sobre a situação atual da empresa, podem ser parecidas, mas dificilmente idênticas. Sendo assim, é preciso traduzir as demonstrações financeiras para uma linguagem mais clara facilitando sua compreensão. Isto é transformar os dados contábeis em informações.

As demonstrações financeiras para Matarazzo (2007, p.17), fornecem uma série de dados sobre a organização obedecendo a regras de contabilidade e a análise de balanço transforma esses dados em informações e a eficiência da análise se mede pela qualidade de informações produzidas.

Após o preparo das demonstrações, estabelecem-se índices para extrair informações das mesmas sendo mais usados os de estrutura patrimonial, de resultado, de rotatividade e de liquidez conforme se pode observar a seguir.

Demonstrações financeiras (ou contábeis); Informes Contábeis ou Relatório Contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade. Ele objetiva relatar às pessoas que utilizam os dados contábeis os principais fatos registrados por aquele setor em determinado período.

Segundo Matarazzo (2007, p.154), com relação à quantidade de índices que devem ser usados, esta depende da profundidade que se deseja alcançar da análise, porém à medida que se acrescentam índices o rendimento é decrescente, ou seja, se dobrar o número de índices não se consegue dobrar a quantidade de informações, portanto para as empresas industriais e comerciais tradicionais deve-se usar entre quatro a onze índices. Entretanto, para que se possa estabelecer a quantidade e os tipos de índices a serem utilizados é necessário conhecê-los quanto à utilidade e natureza.

2.1 ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis representam, de forma resumida e ordenada dentro dos padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações (6.404/76) e pelos Princípios Fundamentais da Contabilidade.

Conforme Iudícibus (1998, p. 39), “o relatório contábil é a exposição resumida e ordenada dos principais fatos registrados pela contabilidade, em determinado período”.

Conforme Franco (1989, p. 33):

Por demonstrações contábeis entende-se todo e qualquer tipo de representação, parcial ou global, de componentes patrimoniais ou de variações do patrimônio, extraídas de livro ou dos registros contábeis. Essas demonstrações que atendem à função expositiva da Contabilidade, sendo elas elaboradas de acordo com a técnica contábil específica e levam em conta aspectos patrimonial importante.

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, as demonstrações devem ser elaboradas e publicadas ao fim de cada exercício social, juntamente com a complementação por notas explicativas.

Destacam as seguintes Demonstrações Financeiras: Balanço Patrimonial; Demonstrações do Resultado do Exercício; Demonstrações de Fluxo de Caixa e Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos.

Todas as demonstrações financeiras acima devem ser analisadas, embora seja, dado mais ênfase as duas primeiras, uma vez que, através delas é evidenciada de forma objetiva a situação financeira e econômica da empresa.

2.2 BALANÇO PATRIMONIAL

É a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa Ativo, assim como as obrigações. Passivo Exigível em determinada data. A diferença é chamada Patrimônio Líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa, quer através de recursos trazidos de fora da empresa, quer gerado por esta em suas operações e retidos internamente.

Conforme Anthony (1974):

1. A fonte de onde provieram os recursos utilizados para a empresa operar Passivo e Patrimônio Líquido e;
2. Os bens e direitos em que esses recursos se acham investidos. Essa definição põe em evidência os termos fontes e investimentos de recursos, o que é altamente desejável do ângulo da Análise de Balanços, visto que analisar balanços é, em grande parte, avaliar a adequação entre as diversas fontes e os investimentos efetuados. É interessante notar que o Ativo mostra o que existe concretamente na empresa.

Todos os bens e direitos podem ser comprovados por documentos, tocados ou vistos. As únicas exceções são as despesas antecipadas e as diferidas, as quais representam investimentos que beneficiarão exercícios seguintes e, por isso, se acham no balanço (é algo que aumenta o valor da empresa sem ter um valor objetivo ou de mercado). O Passivo Exigível e o Patrimônio Líquido mostram a origem dos recursos que se acham investidos no Ativo. Especificamente, o Patrimônio Líquido não representa nada de concreto. Quando a empresa é constituída, os sócios entregam-lhe determinado Capital representado por dinheiro ou bens. Nesse momento, a empresa possui apenas esses bens e o numerário que recebeu dos sócios. O Capital mostra apenas a origem desses bens e dinheiro. É apenas um elemento informativo e não algo de concreto. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, o Balanço Patrimonial deve conter os seguintes grupos de contas conforme apresenta o Quadro 1:

Quadro 1 – Balanço Patrimonial – Estrutura Legal

ATIVO	PASSIVO
<p>Circulante Disponibilidades Direitos realizáveis no exercício subsequente Despesas do Exercício seguinte</p> <p>Realizável a longo prazo Direitos realizáveis após o término do exercício subsequente Valores a receber de coligadas/controladas</p> <p>Permanente Investimentos Imobilizado Diferido</p>	<p>Circulante Fornecedores Salários e encargos sócias Impostos e taxas Dividendos a pagar Imposto de renda a recolher Instituições de credito</p> <p>Exigível a Longo Prazo Financiamentos Debêntures Impostos parcelados</p> <p>Resultado de exercícios futuros Receitas de exercícios futuros (-) Custos e despesas correspondentes</p> <p>Patrimônio Líquido Capital Reservas de capital Reservas de reavaliação Reservas de lucros Lucros e prejuízos acumulados</p>

Fonte: Adaptado pelo autor conforme modelo SILVA (2006, p.115)

Para Silva (2006), o Balanço Patrimonial representa a posição da empresa em determinado momento, sendo composto de dois grandes blocos, isto é, do ativo e do passivo. O ativo mostra onde a empresa aplicou os recursos, ou seja, quais são os bens e direitos que dispõe. E o passivo mostra de onde vieram os recursos e quais são as obrigações da empresa.

É fundamental para o profissional que vai analisar as demonstrações financeiras da empresa, um adequado conhecimento do que representa cada um dos grupos e suas respectivas contas que assim compõem os dados contábeis que serão analisados, deste modo estará usando da informação contábil já elaborada e real da empresa.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Para Franco (1989), a demonstração do resultado do exercício é a mais importante demonstração da dinâmica patrimonial, pois mostra a receita bruta da empresa, o custo dessas receitas e demais despesas operacionais, colocando em evidência o lucro bruto e o lucro operacional. Demonstra também outras receitas e despesas não-operacionais, para evidenciar o lucro líquido do exercício.

Para Assaf Neto (2000), a demonstração de resultado de exercício fornece de maneira esquematizada, os resultados auferidos num determinado período. Esses resultados são transferidos para o patrimônio líquido. E o lucro/prejuízo são resultantes do confronto entre receitas, custos e despesas incorridas e apropriados no período, segundo regime de competência.

A Demonstração do Resultado do Exercício trata-se de uma demonstração dos aumentos e reduções causados no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa (MATARAZZO, 2007). As receitas representam normalmente aumento do Ativo, através do ingresso de novos elementos, como duplicatas a receber ou dinheiro proveniente das transações. Aumentando o Ativo, aumenta o Patrimônio Líquido. As despesas representam redução do Patrimônio Líquido, através da redução do Ativo ou aumento do Passivo Exigível.

Enfim, todas as receitas e despesas se acham compreendidas na Demonstração do Resultado, segundo uma forma de apresentação que as ordena de acordo com a sua natureza; fornecendo informações significativas sobre a empresa.

A Demonstração do Resultado retrata apenas o fluxo econômico e não o fluxo de dinheiro. Para a Demonstração do Resultado não importa se uma receita ou despesa tem reflexos em dinheiro, basta apenas que afete o Patrimônio Líquido. Segundo a Lei nº 6.404/76, a Demonstração do Resultado do Exercício discriminará os seguintes elementos conforme mostra o Quadro 2 :

Quadro 2 Estrutura legal da demonstração do resultado do exercício

RECEITA OPERACIONAL BRUTA
(-) Vendas canceladas
(-) Abatimentos sobre vendas
(-) Impostos sobre vendas
RECEITA OPERACIONAL LIQUÍDA
(-) Custo dos produtos, mercadorias ou serviços vendidos
LUCRO BRUTO
(-) Despesas com vendas
(-) Despesas administrativas
(-) Despesas financeiras (líquidas das receitas)
(-) Outras receitas e despesas operacionais
(+ ou -) Resultado de equivalência patrimonial
LUCRO OPERACIONAL
(+) Receitas não operacionais
(-) Despesas não operacionais
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES
(-) Provisão para Imposto de Renda
(-) Provisão para contribuição social sobre lucro
(-) Participações
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO
LUCRO LIQUIDO POR AÇÃO

Fonte: Silva (2006, p.149)

Conforme o próprio nome já diz, a demonstração do resultado mostra o lucro ou prejuízo obtido pela empresa no período, porém a Demonstração do Resultado do Exercício elaborada juntamente com o Balanço Patrimonial, representam um resumo das operações realizadas pela empresa durante determinado período de tempo e que envolvem receita e uma despesa, este resumo é extraído um dos valores mais importantes de sua empresa que é o resultado líquido do exercício, lucro ou prejuízo.

2.4 DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA – DFC

A demonstração de fluxos de caixa (DFC) possui a finalidade geral de apresentar informações sobre os fluxos das transações que afetaram o caixa da empresa ao longo de um determinado período, de uma forma organizada e bem estruturada, o que permite uma melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras (MARQUES, 2004).

Para Marques (2004) seu objetivo é exigir o fornecimento de informação acerca das alterações históricas de caixas e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de uma demonstração que classifique os fluxos de caixa durante os períodos provenientes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento. As organizações devem elaborar a DFC e apresentar junto às demais peças contábeis, ao final de cada período.

A demonstração de fluxos de caixa durante o período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A entidade deve divulgar os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando:

- ✓ O método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e desembolsos brutos são divulgadas ;
- ✓ O método indireto, segundo o qual lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos efeitos:
 - a) das transações que não envolvem caixa;
 - b) de quaisquer deferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros;
 - c) e de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

As entidades são encorajadas a divulgar os fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais usando o método direto ou indireto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais, deverá ser fornecida uma reconciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Exemplo de estrutura de DFC conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – estrutura da Demonstração Fluxo de Caixa

Exemplo de Estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa		
1	(+)	Recebimento das Vendas
2	(+)	Recebimento Outras Receitas (bônus V Novos, Retorno Financiamentos/Seguros)
3	(-)	Pagamento Impostos (ICMS/ISS/PIS/COFINS)
4	(-)	Pagamento das Compras de Mercadoria (V Novos, V Usados, Peças e Acessórios)
5	(-)	Pagamento Salário Mão-de-obra Produtiva
6	(=)	CAIXA BRUTO GERADO MAS OPERAÇÕES DAS AREAS DE NEGOCIOS
7	(-)	Pagamento Salário/ Comissão Pessoal Operacional (V novos, V Usados, Peças e Serviços)
8	(-)	Pagamento Benefícios e Encargos Sociais (V novos, V Usados, Peças e Serviços)
9	(-)	Pagamento Outras Despesas Departamentais (V novos, V Usados, Peças e Serviços)
10	(=)	CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS AREAS DE NEGOCIOS
11	(-)	Pagamento Salário Pessoal Administrativo
12	(-)	Pagamento Benefícios e Encargos Sociais Pessoal Administrativo
13	(-)	Pagamento Outras Despesas Administrativas
14	(-)	Pagamento de Despesas Bancárias (CPMF/Taxas Bancárias/Taxa cartão de credito)
15	(+)	Recebimento de Juros Descontados (sobre Duplicatas a Receber Vendidas)
16	(=)	SUPERÁVIT (DÉFICIT) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
17	(-)	Aplicações em Investimentos Temporários
18	(-)	Aplicações em Investimentos Permanentes
19	(-)	Aquisições de Imobilizado Técnico
20	(+)	Resgate de Investimentos Temporarios
21	(+)	Venda de Investimento Permanentes
22	(+)	Venda de Imobilizado Tecnico
23	(+)	Receitas Financeiras de Investimentos (Temporarios/Permanentes)
24	(=)	SUPERÁVIT (DÉFICIT) DAS ATIVIDADES INVESTIMENTO
25	(+)	Captação de Empréstimos
26	(+)	Integralização de Capital
27	(-)	Pagamento de Empréstimos
28	(-)	Pagamentos Dividendos/Juros sobre Capital
29	(-)	Pagamentos Juros sobre Empréstimos
30	(=)	SUPERÁVIT (DÉFICIT) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS
RESUMO DO FLUXO DE CAIXA		
31	(+)	Saldo Inicial (Caixa/Bancos)
32		Superávit (Déficit) das Atividades Operacionais (item 16)
33		Superávit (Déficit) das Atividades de Investimentos (item 24)
34		Superávit (Déficit) das Atividades de Financiamentos (item 30)
35	(=)	Saldo Final (Caixa/Bancos)

Fonte: Toma (2008, p.3)

A demonstração da DFC explica a variação de saldos de caixa expostos nos balanços patrimoniais em ambos os momentos a partir do desempenho das classes de atividades.

3. ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES

3.1 O PAPEL DOS ÍNDICES DE BALANÇO

A análise de balanços é um dos elementos fundamentais para tomada de decisões relacionadas a uma empresa, o diagnóstico de uma empresa quase sempre se inicia com uma rigorosa análise de balanços, cuja a finalidade é determinar quais os pontos críticos e permitir, até de imediato, apresentar dados das prioridades para a solução dos problemas, permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada; permite estimar o seu futuro suas limitações e suas potencialidades(MATARAZZO, 2007).

Os índices constituem a técnica de análise mais empregada, sua característica fundamental é fornecer uma visão ampla da situação econômica ou financeira da empresa.

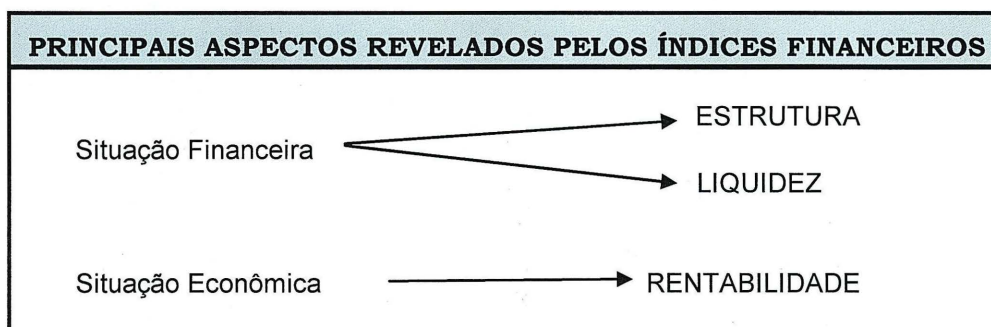
O importante não é o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa, segundo o grau de profundidade desejada da análise. A quantidade de índices que deve ser utilizada na análise depende exclusivamente da profundidade que se deseja da análise.

3.1.1 Aspectos da empresa revelados pelo índice

Conforme Matarazzo (2007, p. 149) pode-se dividir a análise das Demonstrações Financeiras em análise da situação financeira e análise da situação econômica. Inicialmente, analisa-se a situação financeira separadamente da situação econômica; no momento seguinte, juntam-se as conclusões dessas duas análises.

Assim, os índices são divididos em índices que evidenciam aspectos da situação financeira e situação econômica. Os índices da situação financeira, por sua vez, são divididos em índices de estrutura de capitais de índices de liquidez, conforme mostra o Figura 1.

Figura 1 – Aspectos revelados pelos índices



Fonte: Matarazzo (2007, p.150)

Cada autor apresenta os índices de uma forma diferenciada, embora tenham alguns pontos em comum quanto aos principais índices, pois existem índices que são interessantes apenas a determinadas análises e para determinado usuário. Enfim, trata-se de índices para avaliar particularmente certa situação apenas para o usuário e não com a situação da empresa.

3.1.2 Reestruturação do Balanço

A reclassificação ou padronização das demonstrações contábeis tem com objetivo trazê-las a um padrão de procedimento e de ordenamento na distribuição das contas, visando diminuir as diferenças nos critérios utilizados pelas empresas na apresentação de tais demonstrações contábeis. Outro objetivo é fazer com que as demonstrações atendam às necessidades de análise e sejam apresentadas de forma homogênea, simples de visualizar e fáceis de entender, isto é, de correlacionar os diversos itens, seguindo critérios próprios adotados internamente na empresa que esteja procedendo à análise (SILVA 2006).

Conforme SILVA (2006, p. 195-196):

A verdadeira análise começa na reclassificação das demonstrações contábeis. É necessário que o analista responsável por essa tarefa conheça bem o que representa cada uma das contas e que tenha domínio do mecanismo contábil utilizado pelas empresas, sabendo como aqueles valores surgiram, o que eles representam, e como serão liquidados. Precisa saber interpretar a nomenclatura utilizada pelas empresas convertendo-a para planilhas internas. É fundamental que o analista tenha condições de avaliar a relevância de cada item, à medida que tal item possa apresentar dificuldade. Valores importantes devem ser esclarecidos e pequenos valores muitas vezes não justificam perda de tempo.

Mesmo havendo uma estrutura legal (SILVA 2006) para apresentação do balanço patrimonial, observa-se várias demonstrações financeiras de diferentes empresas, notaremos que cada uma delas pode apresentar certas particularidades e contas que sejam inerentes a sua atividade. Daí a necessidade da definição de uma planilha própria que possibilite a obtenção das informações necessárias à tomada de decisão e que seja de fácil visualização e interpretação dos dados das várias empresas em análise.

3.2 ANÁLISES VERTICAL E HORIZONTAL

A determinação da porcentagem de cada elemento patrimonial em relação ao conjunto indica o coeficiente dos diversos grupos patrimoniais, dando-nos assim idéia precisa de distribuição dos valores no conjunto patrimonial.

Alguns autores dão a este procedimento a denominação de análise vertical. É importante saber a porcentagem de cada grupo com relação ao total do patrimônio, pois, através dessa análise, podemos identificar se há excesso de imobilização, insuficiência de capitais ou disponibilidades etc.

Conforme Franco (1989, p.131)

As porcentagens de cada grupo patrimonial variam, naturalmente, de acordo com o ramo de atividade da empresa; as indústrias imobilizam maiores somas de capitais que as empresas mercantis; os bancos movimentam mais capitais de terceiros que capitais próprios e têm maiores disponibilidades que valores imobilizados e mais realizáveis que disponíveis. Não se pode estabelecer porcentagens-padrão que atendam a todos os tipos de empresas.

Para Neves e Viceconti (1999, p. 459-462):

A análise de estrutura ou vertical permite medir percentualmente cada componente em relação ao todo do qual faz parte, e fazer as comparações caso existam dois ou mais períodos”, enquanto a análise de evolução ou horizontal permite “avaliar o aumento ou a diminuição dos valores que expressam os elementos patrimoniais ou do resultado, numa determinada série histórica de exercícios.

3.3 DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ÍNDICES

3.3.1 Estrutura de Capitais

Os índices desse grupo mostram as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos.

3.3.1.1 Participação de Capitais de Terceiros: CT/PL

A participação de capitais de terceiros é um indicador que revela o percentual da dívida com relação ao capital próprio dos empresários aplicado na empresa (MATARAZZO, 2007). A Figura 2 representa a fórmula do cálculo.

Figura 2: Participação de capitais de terceiros.

Fórmula:

$$\frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Fonte: Matarazzo (2007, p.153)

O índice de Participação de Capitais de Terceiros relaciona, portanto as duas fontes de recursos da empresa, sendo os Capitais Próprios e Capitais de Terceiros é um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da empresa sendo assim chamado também de Grau de Endividamento.

Do ponto de vista financeiro para (MATARAZZO 2007) quanto maior a relação Capitais de Terceiros/Patrimônio Líquido menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior dependência de terceiros.

3.3.2 Composição do Endividamento: PC /CT

A composição do endividamento é um indicador que revela o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais (MATARAZZO, 2007). A Figura 3 representa a fórmula do cálculo.

Figura 3: composição do endividamento

Fórmula:

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$$

Fonte: Matarazzo (2007, p.155)

O índice de composição do endividamento indica qual e a composição da dívida, já que, uma coisa é ter dívidas de curto prazo que precisam ser pagas com

recursos gerados em curto prazo, e outra, é ter dívidas de longo prazo, onde se dispõe de tempo para se gerar recursos.

3.3.2.1 Imobilização do Patrimônio Líquido: AP/PL

A composição da imobilização do patrimônio líquido é um indicador que revela as aplicações dos recursos do patrimônio líquido são mutuamente exclusivas do ativo permanente e do ativo circulante (MATARAZZO, 2007). A Figura 4 representa a fórmula do cálculo.

Figura 4 :imobilização do patrimônio líquido

Fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Fonte: Matarazzo (2007, p.153)

O índice de imobilização do patrimônio líquido indica quantos reais a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada R\$ 100 de Patrimônio Líquido, quanto menor, melhor. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante.

3.3.2.2 Imobilização dos Recursos não Correntes: AP / PL + ELP

A composição da imobilização dos recursos não correntes é um indicador que revela que percentual de recursos não correntes a empresa aplicou no ativo permanente (MATARAZZO, 2007). A Figura 5 representa a fórmula do cálculo.

Figura 5: imobilização dos recursos não correntes

Fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$$

Fonte: Matarazzo (2007, p.164)

Os elementos do ativo permanente têm vida útil que pode ser de 2,5,10 ou 50 anos. (MATARAZZO, 2007) Assim não há necessidade financiar todo o imobilizado com recursos próprios. Pode ser utilizados recursos de longo prazo, desde que o prazo seja compatível com o de duração do Imobilizado ou então que o prazo seja suficiente para a empresa gerar recursos capazes de resgatar as dívidas de longo prazo.

Conforme Matarazzo (2007, p. 160):

Uma consideração importante é que este índice não deve em regra ser superior a 100%. Ainda que a empresa quase tenha necessidade de Ativo Circulante (como é o caso de transportadoras), deve sempre existir um pequeno excesso de Recursos não Correntes, em relação às imobilizações, destinado ao Ativo Circulante.

3.4 LIQUIDEZ

Os índices desse grupo mostram a base da situação financeira da empresa. (Matarazzo 2007) são índices que, a partir do confronto dos Ativos Circulantes com as Dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa. Uma empresa com um bom índice de liquidez tem condições de pagar suas dívidas, mas não estará obrigatoriamente, pagando elas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas.

3.4.1 Liquidez Geral

A Liquidez Geral indica se a empresa tem condições de pagar suas dívidas totais, mesmo aquelas de longo prazo, com os recursos que possui no seu Ativo Circulante (MATARAZZO, 2007). A Figura 6 representa a fórmula do cálculo.

Figura 6: liquidez geral

Fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Fonte: Matarazzo (2007, p.164)

O índice de liquidez geral indica quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total.

3.4.2 Liquidez Corrente

A Liquidez corrente indica se o Ativo Circulante é suficiente para cobrir as dívidas de curto prazo (MATARAZZO, 2007). A Figura 7 representa a fórmula do cálculo.

Figura 7: liquidez corrente

Fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Matarazzo (2007, p.167)

O índice indica quanto a empresa possui no Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante. Para Matarazzo (2007, p. 171) o significado de Liquidez Corrente seria a margem de folga para manobras de prazos visa equilibrar as entradas e saídas do caixa. Quanto maiores os recursos, maior a margem , maior a segurança da empresa.

3.4.3 Liquidez Seca

Liquidez seca este índice é um teste de força aplicado à empresa; visa medir o grau de excelência da sua situação financeira (MATARAZZO, 2007). A Figura 8 representa a fórmula do cálculo.

Figura 8: liquidez seca

Fórmula:

$$\frac{\text{Disponível + Duplicatas a Receber - Outros Direitos de Rápida Conversibilidade em Dinheiro}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Matarazzo (2007, p.173)

Indica quanto á empresa possui de Ativo Líquido para cada R\$ 1,00 de passivo Circulante (dívidas a curto prazo).

3.5 RENTABILIDADE

Os índices deste grupo mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto rendem os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa (MATARAZZO, 2007).

3.5.1 Giro do Ativo

Esse índice mede o volume de vendas da empresa em relação ao capital total investido. Não se pode dizer que uma empresa está vendendo pouco ou muito olhando apenas para o valor absoluto de suas vendas (MATARAZZO, 2007). A Figura 9 representa a fórmula do cálculo.

Figura 9: Giro do Ativo

Fórmula:

$$\frac{\text{Venda Líquida}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Fonte: Matarazzo (2007, p.176)

Indica quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total, quanto maior, melhor.

3.5.2 Margem Líquida

Margem Líquida mostra qual a margem de lucro que a empresa alcança em relação ao valor de suas vendas líquidas (MATARAZZO, 2007). A Figura 10 representa a fórmula do cálculo.

Figura 10: Margem Líquida

Fórmula:

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

Fonte: Matarazzo (2007, p.177)

Neste índice indica quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100 vendidos.

3.5.3 Rentabilidade do Ativo:

A rentabilidade do ativo mostra quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao Ativo, é a medida da capacidade de gerar lucro líquido e pode ser usado como medida de desempenho comparativo ano a ano (MATARAZZO, 2007). A Figura 11 representa a fórmula do cálculo.

Figura 11: rentabilidade do ativo

Fórmula:

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio}} \times 100$$

Fonte: Matarazzo (2007, p 178)

Indicando quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100 de investimento total médio.

3.5.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

O papel do índice de rentabilidade do Patrimônio Líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do Capital Próprio. Essa taxa pode ser comparada com outros rendimentos alternativos do mercado, como: CDB, ações, letras de cambio e com outras empresas; com isso se pode avaliar se a empresa oferece uma boa rentabilidade (MATARAZZO, 2007). A Figura 12 representa a fórmula do cálculo.

Figura 12: rentabilidade do patrimônio líquido

Fórmula:

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$$

Fonte: Matarazzo (2007, p.180)

Indica quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$ 100 de Capital Próprio investido.

4 ANÁLISE DINÂMICA DO CAPITAL DE GIRO

Capital de Giro vem da visão circular do processo operacional de geração de lucros como comprar estoques, produzir, vender e receber. Em termos contábeis, o capital de giro é representado pelo total do ativo circulante, também denominado de capital de giro bruto.

Conforme Assaf Neto (1998, p.192):

O Capital de Giro constitui-se no fundamento básico da avaliação do equilíbrio financeiro de uma empresa. Pela análise de seus elementos patrimoniais são identificados os prazos operacionais, o volume de recursos permanentes (longo prazo) que se encontra financiando o giro e as necessidades de investimento operacional. O comportamento do capital de giro é extremamente dinâmico, exigindo modelos eficientes e rápidos de avaliação da situação financeira da empresa. Uma necessidade de investimento em giro maldimensionada é certamente uma fonte de comprometimento da solvência da empresa, com reflexos sobre sua posição econômica de rentabilidade.

No capital de giro como os estoques podem ser provisoriamente financiados, por meio de duplicatas a pagar de fornecedores, prazos de impostos a recolher e prazo de pagamento dos salários e despesas, financeiramente o valor do dinheiro necessário para o giro normal dos negócios da empresa pode ser menor denominando assim de capital de giro próprio (CGP) a diferença entre ativo circulante e passivo circulante.

4.1 O MODELO FLEURIET - CONTAS CÍCLICAS E ERRÁTICAS E NECESSIDADE LÍQUIDA DE CAPITAL DE GIRO

Conforme Padoveze et al (2007) Michel Fleuriet e outros desenvolveram um modelo de administração do capital de giro, que é chamado de análise financeira dinâmica, que retoma o tema da liquidez e seus indicadores, sugerindo uma abordagem nova e diferente da análise de balanço tradicional. Para desenvolver o modelo Fleuriet separa os elementos de giro em dois tipos em relação ao seu comportamento com o ciclo operacional. Contas cíclicas sendo contas de natureza operacional e contas erráticas sendo as demais contas do circulante.

Considerando assim as naturezas diferenciadas das contas de giro, há uma reclassificação do capital circulante: as contas cíclicas são classificadas como giro e o total dos ativos cíclicos menos o total dos passivos cíclicos indica a necessidade líquida de capital de giro (NLCG). As demais contas financeiras e não vinculadas as operações, são denominadas contas de tesouraria, e só elas é que se

deveria calcular a liquidez empresarial e a capacidade de solvência da empresa no curto prazo.

Conforme (PADOVEZE et al 2007) Fleuriet ressalta ainda que a inadequação da visão tradicional da liquidez decorre de sua condição de indicador estático. Assim a liquidez utilizada na análise contábil tradicional, pressupõe uma visão estática da empresa, podendo muitas vezes passar uma falsa situação de solvência de curto prazo, principalmente porque considera, na dinâmica operacional, a convivência de contas muito distintas, tanto no ativo circulante quanto no passivo circulante. Significando que ao terem resultados determinados pela divisão entre totais de ativos e passivos circulantes, tanto o numerador da fórmula quanto o denominador mostram um conjunto de contas que reagem de forma bastante distinta ao ritmo de operações da empresa.

4.2 CAPITAL DE GIRO

Conforme Silva (2006) capital de giro pode ter vários significados, e mesmo sendo utilizada por vários profissionais da área financeira, poderá estar assumindo significados diferentes.

No balanço patrimonial são demonstradas todas as contas representativas do ativo e do passivo da empresa, a classificação das contas no balanço é de suma importância para efeitos de comparação de diversos patrimônios ou até mesmo de um patrimônio em mais de um exercício. No quadro 4 apresentamos uma estrutura básica de um balanço, organizada a fins de análise.

Quadro 4 – Estrutura balanço patrimonial

ATIVO	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Disponibilidades	Duplicatas descontadas
Aplicações Financeiras	Instituições financeiras
Duplicatas a receber	Outros não cíclicos
Estoques	Fornecedores
Outros valores a receber	Salários e encargos sociais
Despesas antecipadas	Impostos e taxas
Ativo circulante (AC)	Outros cíclicos
Partes relacionadas	Passivo circulante (PC)
Outros realizáveis a longo prazo	Financiamentos e debêntures
Realizável a longo prazo (RLP)	Outros exigíveis a longo prazo
Investimentos	Exigível a longo prazo (ELP)
Imobilizado	Resultado exercício futuro (REF)
Intangível	Passivo não circulante (PNC)
Diferido	Capital social integralizado
Ativo permanente (AP)	Reservas
Ativo não circulante (ANC)	Lucros ou prejuízos acumulados
TOTAL DO ATIVO	Patrimônio Líquido (PL)
	TOTAL DO PASSIVO + PL

Fonte: Silva (2006, p.401)

Conforme pode-se observar no Quadro 4, juntamente com o nome de cada um dos grupos de contas foram colocadas abreviaturas que será utilizada para trabalhar os diversos conceitos relacionados ao chamado capital de giro (SILVA 2006).

4.3 INVESTIMENTO OPERACIONAL EM GIRO (IOG).

Para Silva (2006) a expressão investimento operacional em giro, ou simplesmente IOG, tornou-se amplamente divulgada entre os analistas com a introdução desta metodologia na análise de crédito, inicialmente pelos bancos americanos que operam no Brasil, e atualmente pelas instituições financeiras que possuem áreas de análise de empresas com razoável nível técnico. É importante destacar que pode-se encontrar, em diferentes textos, três denominações que podem designar o mesmo conceito, podendo trazer apenas pequenas variações, isto é: Investimento operacional em giro (IOG); Working Investment (WI); Necessidade de capital de giro (NCG).

Segundo Silva (2006, p. 415), o investimento operacional em giro (IOG) é composto por itens de caráter operacional que normalmente estão classificados dentro do ativo e do passivo circulantes, relacionados ao ciclo operacional das empresas.

Segundo Marques (2004, p. 250):

O IOG representa o montante do investimento líquido corrente em contas operacionais necessário à manutenção do atual nível de atividade. Se houver uma expansão das vendas, existirá a necessidade de um IOG mais elevado, ao passo que uma contratação do nível de operações exigirá certamente um IOG menor. Em essência, o IOG significa a medida-chave do processo de crescimento da empresa e envolve decisões adequadas quanto ao seu efetivo financiamento.

Ainda para Silva (2006) o IOG está contido no CCL, sendo representado por aplicações de recursos que, embora pertencentes ao ativo circulante, têm uma conotação de aplicações permanentes. Tais aplicações estão relacionadas de forma direta com a atividade operacional da empresa, como duplicatas a receber, estoques, adiantamentos a fornecedores e despesas antecipadas. Há, por outro lado, algumas fontes de recursos que estão relacionadas diretamente com as atividades da empresa e que se renovam espontaneamente à medida que suas operações se desenvolvem. São exemplos dessas fontes: fornecedores, salários e encargos a pagar, tributos a recolher e adiantamentos de clientes quando habituais e inerentes ao tipo de atividade desenvolvida pela empresa.

4.4 CLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA FINS DO INVESTIMENTO OPERACIONAL EM GIRO (IOG).

Segundo Fleuriet (2003; p. 27) procede no sistema de classificação das contas diferenciado do sistema tradicional, adaptando mais para fins da análise dinâmica financeira.

Em geral certas contas do ativo e passivo renovam-se constantemente à medida que se desenvolvem as atividades da empresa. Este fato constitui a base para uma nova classificação horizontal, enfatizando assim os ciclos econômicos financeiro de uma empresa, fornecendo assim informações para a análise dinâmica em oposição a análise estática normalmente realizada através das informações fornecidas pela classificação tradicional conforme mostra o Quadro 5.

Quadro 5– Estrutura balanço patrimonial para fins do IOG

ATIVO		PASSIVO	
C I R C U L A N T E	Ativo Circulante Financeiro (ACF) Caixa e bancos Aplicações de liquidez imediata Aplicações de liquidez não imediata	Passivo Circulante Financeiro (PCF) Instituições de crédito Duplicatas/títulos descontados Dividendos a pagar Imposto de renda a recolher	C I R C U L A N T E
	Ativo Circulante Cíclico (ACC) Contas a receber de clientes Estoques Adiantamento a fornecedores Outros valores a receber Despesas do exercício seguinte	Passivo Circulante Cíclico (PCC) Fornecedores Salários e encargos sociais Impostos e taxas	
N Ã O C I R C U L A N T E	Realizável a longo prazo (RLP) Direitos realizáveis após o término do exercício Valores a receber de coligadas/controladas	Exigível a longo prazo (ELP) Financiamentos Debêntures Impostos parcelados	N Ã O C I R C U L A N T E
		Resultados de Exercícios Futuros (REF)	
		Passivo não Circulante (ELP+REF)	
	Ativo Permanente (AP) Investimentos Imobilizado Diferido	Patrimônio Líquido (PL) Capital Reservas Lucros ou prejuízos acumulados	
ATIVO TOTAL		PASSIVO TOTAL + PL	

Fonte: Silva (2006, p.417)

O balanço patrimonial precisa ser reorganizado de modo a separar seus elementos de curto e longo prazo, assim com seus itens de curto prazo que se acham ligados às atividades operacionais (produção e vendas) daqueles alheios a essas atividades (MARQUES, 2004). Dessa maneira, numa primeira etapa os ativos realizável longo prazo e permanente são abrangidos no ativo não circulante (ANC), ao passo que o exigível longo prazo, resultado de exercícios futuros e patrimônio líquido incluídos no passivo não circulante (PNC).

Na segunda etapa se desmembram os elementos de curto prazo em seus componentes financeiro (ou errático) e operacional (cíclico). As contas cíclicas possuem uma relação diretamente proporcional ao nível de atividade realizado.

Ainda para Marques (2004) as contas a receber, impostos a recuperar, estoques, adiantamentos a empregados e fornecedores, despesas antecipadas (todas pertencentes ao ativo), fornecedores, salários e encargos sociais possuem natureza cíclica, se renovando de maneira constante no decorrer das operações

normais do negócio. Nesse aspecto, os elementos cíclicos do ativo integram o ativo circulante cíclico (ACC), enquanto os do passivo o passivo circulante cíclico (PCC).

Do lado oposto, nos grupos circulantes existem aquelas outras contas cujos níveis não sofrem efeitos diretos em decorrência do volume de atividade desenvolvido. Em geral surgem de decisões administrativas ou negociadas, alheias às atividades de produção e vendas. O ativo circulante financeiro (ACF) compõem itens de disponibilidades, títulos e valores mobiliários, créditos não decorrentes das operações contínuas, inclusive juros e dividendos a receber, imposto de renda e contribuição social compensáveis. Já o passivo circulante financeiro (PCF) abrange as duplicatas descontadas, adiantamentos de contratos de câmbio, empréstimos e financiamentos, imposto de renda e contribuição social a recolher, e dívidas não provenientes das atividades normais do empreendimento.

4.5 NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO

As empresas buscam desempenhar um modelo de crescimento constante, ganhando ou ampliando seus negócios. Com isso há sempre necessidade adicional de capital de giro, ao longo do tempo, pois ele representa os recursos necessários para o desempenho das atividades da empresa, pois a mesma sempre deve objetivar uma redução do ciclo operacional. Porém, dentro de determinadas condições, essa redução tem limites, e o capital de giro adicional, com crescimento do nível de atividade, é necessário. Contudo por melhor que sejam as condições de planejamento e do processo de gestão operacional, a realidade dos negócios carrega imperfeições da conjuntura econômica que afetam o valor da necessidade de capital de giro.

A necessidade de capital de giro (NCG) não é só um conceito fundamental para a análise da empresa do ponto de vista financeiro, ou seja, análise de caixa, mas também de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade (MATARAZZO, 2007).

Conforme Fleuriet (2003, p.7):

Quando, no ciclo financeiro, as saídas de caixa ocorrem antes das entradas de caixa, a operação da empresa cria uma necessidade de aplicação permanente de fundos, que se evidencia no balanço por uma diferença positiva entre o valor das contas cíclicas do ativo e das contas cíclicas do passivo. Denomina-se de Necessidade de Capital de Giro (NCG) esta aplicação de fundos.

4.6 MEDIDAS DE DESEMPENHO DO BALANÇO.

A diferença entre ativo e passivo circulante equivale ao montante do capital circulante líquido (CCL), bem difundido em Contabilidade e finanças (MARQUES 2004) além de constituir o saldo remanescente do ativo circulante após a quitação de todos os compromissos exigíveis a curto prazo, a medida sinaliza também o montante das fontes de financiamento de longo prazo que excederam os investimentos de mesmo prazo e foram direcionadas ao curto prazo.

O investimento operacional em giro (IOG) representa o montante do investimento líquido corrente em contas operacionais necessário à manutenção do atual nível de atividade (MARQUES 2004). Para o mesmo autor, saldo de tesoura (T) diferença entre ativo e passivo erráticos (não cíclicos). Essa medida sinaliza o quanto de recursos onerosos de curto prazo foi utilizado para financiamento do IOG.

4.6.1 Estruturas financeiras e níveis de risco

O comportamento verificado para as três medidas – CCL, IOG e T permite o aparecimento de tipos distintos de estruturas financeiras, cada uma envolvendo determinado nível de risco. Conforme mostra o Quadro 6.

Quadro 6 – Estruturas financeiras e níveis de risco

tipo	CCL	IOG	T	situação
I	positivo	negativo	positivo	excelente
II	positivo	positivo	positivo	sólida
III	positivo	positivo	negativo	insatisfatória
IV	negativo	positivo	negativo	péssima
V	negativo	negativo	negativo	ruim
VI	negativo	negativo	positivo	arriscada

Fonte: Marques (2004, p.252)

Conforme pode-se observar no Quadro 6, as companhias com estrutura financeira do tipo I, denotam situação financeira excelente e caracterizam-se por apresentar IOG negativo, T e CCL positivos. Essa estrutura é típica de alguns supermercados: o investimento em giro em geral é negativo, pois o passivo cíclico (fornecedores) supera o ativo cíclico (clientes e estoques), na medida em que as

vendas são predominantes à vista. Em adição, o período médio de estocagem é menor que o prazo médio de pagamento aos fornecedores.

Todavia, a estrutura financeira mais freqüente (tipo II) ocorre quando a manutenção do nível de operações requer algum investimento em giro. Na medida em que o IOG é positivo há necessidade de recursos pra seu financiamento e, se CCL e T são também positivos, há sobras de recursos de curto e longo prazos para seu financiamento. Essa estrutura denota uma situação financeira sólida. Muitos segmentos industriais e comerciais apresentam esse tipo de estrutura.

Já a estrutura financeira do tipo III denota uma situação financeira insatisfatória. Há necessidade por investimentos operacionais, porém o CCL, ainda que positivo, não é suficiente para seu financiamento, o que requer o uso de fontes onerosas de curto prazo (PCF). Essa situação de desequilíbrio tende a agravar-se nos momentos de recessão, uma vez que o giro dos ativos cíclicos diminuiu (gerando maiores IOGs subseqüentes) e os juros sobem (elevando ainda mais os passivos onerosos). Em princípio essa situação não se sustenta por muitos períodos.

Na estrutura financeira do tipo IV, péssima, há necessidade por investimento operacional (IOG positivo), contudo não existem fontes de longo prazo disponíveis para seu financiamento (CCL negativo), o que gera uma sobrecarga às fontes onerosas de curto prazo (T negativo).

A situação financeira ruim é encontrada em empresas que apresentam estruturas do tipo V. Embora não haja necessidade por investimentos nas operações correntes, também não se dispõe de sobras de recursos de curto ou longo prazo, o que conduz à existência de T e CCL negativos.

Por fim, na estrutura tipo VI, arriscada, não há investimento em giro (negativo) e nem fontes de longo prazo (CCL negativo), mas existem fontes próprias de curto prazo (T positivo). Essa situação de desequilíbrio também, em princípio, não se sustenta por muitos períodos (MARQUES, 2004).

5 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

5.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo de caso vai possibilitar a fazer uma Análise comparativa dos índices de estrutura, liquidez e rentabilidade levantados nas demonstrações contábeis, no período compreendido entre 2005 a 2007 de uma Oficina Mecânica a análise de índices envolve métodos de cálculo e interpretação de índices financeiros, visando analisar e acompanhar o desempenho de uma empresa. É de grande importante para acionistas, credores e os próprios administradores da empresa.

O Estudo de Caso sobre a Análise Financeira é de grande importância partindo-se da hipótese de que parte do elenco de informações que as empresas utilizam para tomar decisões esta nas demonstrações contábeis, especialmente, no suplemento de análise destas demonstrações, há que se afirmar que a importância em se proceder a análise financeira e de balanços é de um grau de relevância extremamente alto. É mais interessante e válido utilizar-se de uma quantidade limitada e direcionada de índices e quocientes apurados período a período e compará-los com os padrões do mercado atual e concorrente para expressar quais são os reais problemas merecedores de especial atenção, do que apurar dezenas de indicadores sem qualquer inter-relação e sem bases comparativas com significados absolutos e teóricos Hartley apud Claudia (1994).

Enfim, é possível sintetizar ainda uma série de razões para realçar quão importante é esta análise para as empresas:

- Se bem manuseada, pode se constituir num excelente e poderoso "painel de controle" da administração;
- Se não for feita a partir de uma contabilidade "manipuladora" ou "normatizante", pode trazer resultados bastante precisos;
- É uma poderosa ferramenta à disposição das pessoas que se relacionam ou pretendem relacionar-se com a empresa, ou seja, os usuários da informação contábil ou financeira sejam eles internos ou externos;
- Permite diagnosticar o empreendimento, revelando os pontos críticos e permitindo apresentar um esboço das prioridades para a solução dos problemas;
- Permite uma visão estratégica dos planos da empresa, bem como estima o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades.

Estudos de caso são úteis Hartley apud Claudia (1994):

- quando a compreensão dos processos sociais em seu contexto organizacional ou ambiental é importante para a pesquisa;
- na exploração de novos processos ou comportamentos. Nesse sentido, os estudos de caso têm a importante função de gerar hipóteses e construir teorias;
- quando a intenção de pesquisa é explorar casos atípicos ou extremos para melhor compreender os processos típicos;
- na captura de aspectos muito recentes, emergentes, na vida de uma organização. Uma pesquisa quantitativa seria muito estática para capturar o fluxo de atividades em uma organização, especialmente em fases de grandes e rápidas mudanças;
- na exploração de comportamentos organizacionais informais, não usual, secreta ou até mesmo ilícita dada a confiança, desenvolvida ao longo da pesquisa, entre pesquisador e membros da organização;
- em pesquisas comparativas em que seja essencial compreender os comportamentos e as concepções das pessoas em diferentes localidades ou organizações.

Ainda para o mesmo autor Hartley apud Claudia (1994) a grande vantagem do estudo de caso é permitir ao pesquisador concentrar-se em um aspecto ou situação específica e identificar, ou tentar identificar, os diversos processos que interagem no contexto estudado. Esses processos podem permanecer ocultos em pesquisas de larga escala (utilizando questionários), porém são cruciais para o sucesso ou fracasso de sistemas ou organizações

O ponto forte do estudo de caso é sua capacidade de explorar processos sociais à medida que esses ocorrem nas organizações, permitindo uma análise processual, contextual e longitudinal das várias ações e significados que ocorrem e são construídos nas organizações. A natureza mais aberta da coleta de dados em estudos de caso permite analisar em profundidade os processos e as relações entre eles Hartley apud Claudia (1994).

5.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia utilizada foi estudo descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa; figura-se ainda quanto aos procedimentos como uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso, onde se obterá um conjunto de itens através de levantamento, consulta em livros, páginas da Internet, entre outros, aplicados em uma empresa no estudo dos índices, econômicos e financeiros.

6 ESTUDO DE CASO

Para demonstrar na prática as análises financeiras, analisa-se os dados das demonstrações financeiras de uma empresa do ramo de Mecânica Automotiva nos anos de 2005, 2006 e 2007.

6.1 REESTRUTURAÇÃO DAS CONTAS DOS B.P E D.R.E. 2005, 2006 E 2007

Quadro 7 – BP reclassificado (ativo)

MECANICA AUTOMOTIVA

BALANÇO PATRIMONIAL 2005/2006/2007 (reclassificado)

	<u>anual</u>	<u>anual</u>	<u>anual</u>
	<u>31/12/2005</u>	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2007</u>
	<u>VA</u>	<u>VA</u>	<u>VA</u>
CIRCULANTE			
Disponível	4.257	5.204	3.341
Caixa Geral	851	599	1.942
Bancos com Movimento	3.405	4.604	1.399
Realizável a Curto Prazo	320.108	77.953	22.351
Clientes	9.798	2.351	18.353
Estoque de Mercadorias	310.310	75.602	3.998
SOMA	324.365	83.157	25.692
REAL. A LONGO PRAZO			
Aplicações Financeiras	284	1.424	2.569
Aplicações Banestado	284	284	285
Aplicações Sicredi		1.140	2.285
SOMA	284	1.424	2.569
PERMANENTE			
Imobilizado	230.647	337.729	442.647
Bens	230.647	337.729	442.647
SOMA	230.647	337.729	442.647
TOTAL DO ATIVO	555.296	422.310	470.908

Quadro 7.1 – BP reclassificado (ativo)

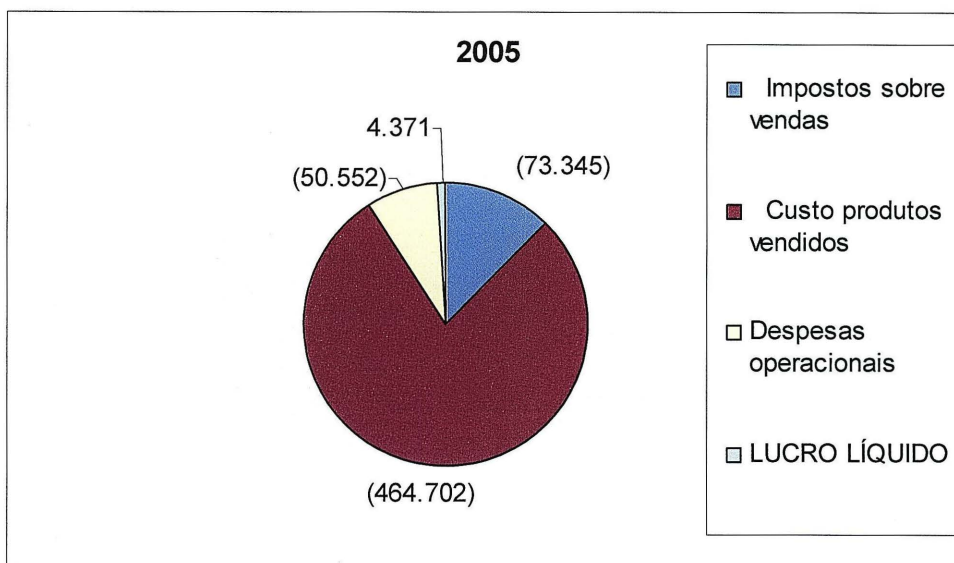
	<u>31/12/2005</u>	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2007</u>
	VA	VA	VA
PASSIVO CIRCULANTE			
Contas Credoras	274.504	315.154	171.843
Fornecedores	12.827	31.861	16.607
Obrigações a Pagar	27.657	32.473	44.240
Empréstimos	979	17.779	40.654
Adiantamentos Recebidos	233.042	233.041	70.342
SOMA	274.504	315.154	171.843
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Contas Credoras	254.490	67.090	79.723
Empréstimos e Financiamentos	254.490	67.090	79.723
SOMA	254.490	67.090	79.723
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	-	-	-
Capital Subscrito	10.000	10.000	10.000
Reservas	-	-	-
Lucros Acumulados	16.302	30.065	209.341
SOMA	26.302	40.065	219.341
TOTAL DO PASSIVO	555.296	422.310	470.908

Quadro 7.2 – DRE reclassificado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2005/2006/2007

	<u>31/12/2005</u>	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2007</u>
	VA	VA	VA
RECEITA BRUTA	592.970	761.098	990.019
Venda de produtos	87.467	259.418	160.742
Prestação de Serviço	505.503	501.680	829.277
Impostos sobre vendas	(73.345)	(94.383)	(137.581)
RECEITA LÍQUIDA	519.625	666.715	852.439
Custo produtos vendidos	(464.702)	(626.162)	(620.189)
LUCRO BRUTO	54.923	40.553	232.250
Despesas operacionais	(50.552)	(26.789)	(52.434)
Despesas com Vendas	(3.312)	(3.401)	(7.139)
Despesas Tributárias	(640)	-	-
Despesas/ Receitas financeiras (+/-)	(10.019)	(14.184)	(21.248)
Despesas gerais	(36.582)	(9.204)	(24.046)
LUCRO OPERACIONAL	4.371	13.764	179.816
LUCRO LÍQUIDO	4.371	13.764	179.816

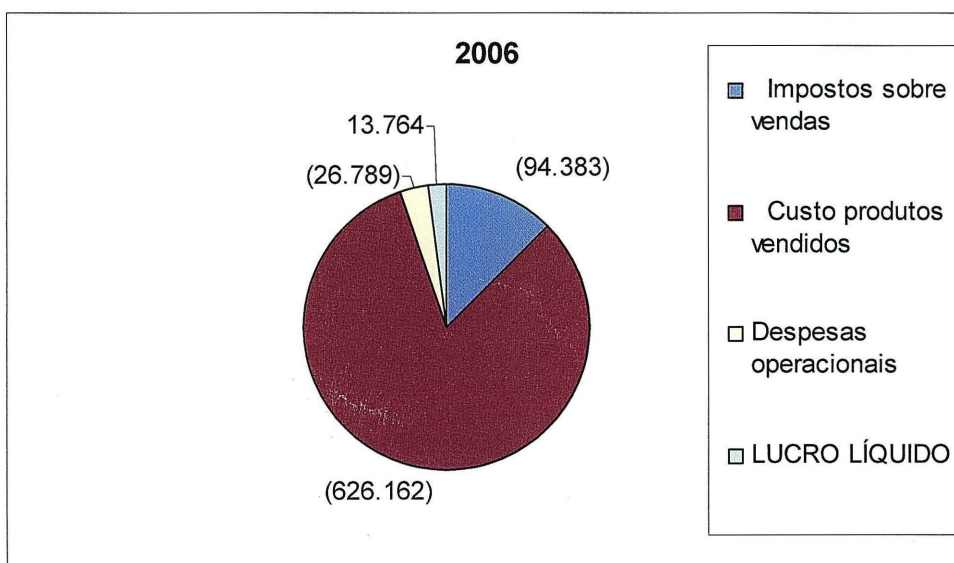
Gráfico 1 – BP DRE 2005 reclassificado e atualizado IGP-M



Fonte: o autor

Conforme pode-se observar no gráfico 1, o valor dos impostos no ano de 2005 mostra o total de (73.345) da Receita Bruta, os custos dos produtos vendidos representam (464.702), as despesas operacionais com valor de (50.552) e o Lucro Líquido 4.371 do total da Receita Bruta.

Gráfico 2 – BP DRE 2006 reclassificado e atualizado IGP-M

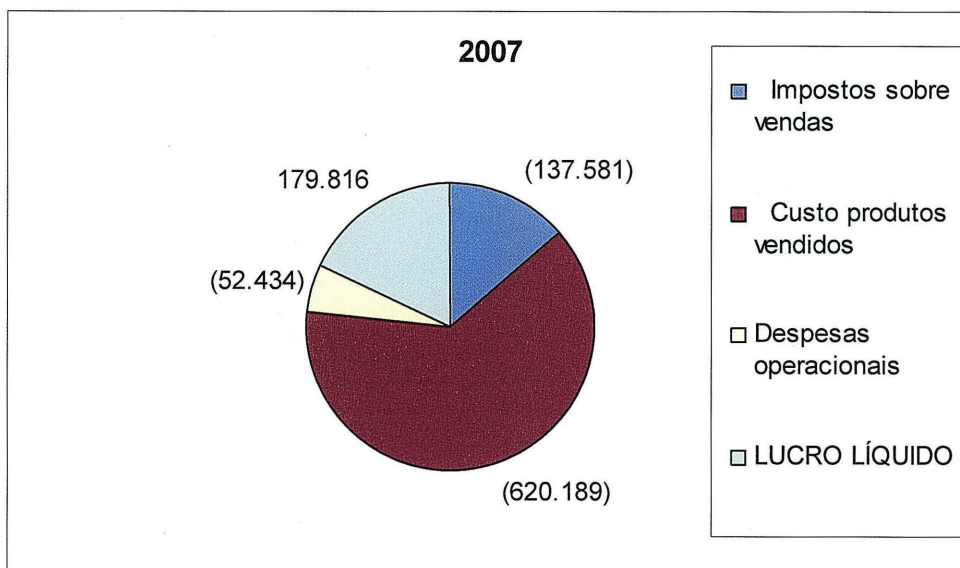


Fonte: o autor

Conforme pode-se observar no gráfico 2, o valor dos impostos no ano de 2006 mostra o total de (94.383) da Receita Bruta, os custos dos produtos vendidos

representam (626.162), as despesas operacionais com valor de (26.789) e o Lucro Líquido 13.764 do total da Receita Bruta.

Gráfico 3 – BP DRE 2007 reclassificado e atualizado IGP-M



Fonte: o autor

Conforme pode-se observar no gráfico 3, o valor dos impostos no ano de 2007 mostra o total de (137.581) da Receita Bruta, os custos dos produtos vendidos representam (620189), as despesas operacionais com valor de (52.434) e o Lucro Líquido 179.816 do total da Receita Bruta.

6.2 ATUALIZAÇÃO PELO IGP-M E ANÁLISES VERTICAL/HORIZONTAL

Para efetuar a análise dos demonstrativos contábeis é necessária a correção dos mesmos. A atualização foi realizada através do IGPM – Calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Para encontrar o índice de correção foi dividido o IGPM do ano a corrigir pelo IGPM do ano de 2007. Abaixo estão os índices de conversão dos valores Quadro 8.

Quadro 8 – Índice de Correção

dez/05 e dez/06	2005	1,0995
dez/06 e dez/07	2006	1,0622
dez/07 e dez/07	2007	1,0000

Fonte: FGV adaptado pelo autor.

6.3 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CORRIGIDOS

Através dos índices apresentados no quadro 8, foi efetuada no Balanço Patrimonial e na Demonstração de resultado dos anos de 2005, 2006 e 2007 a correção dos mesmos de forma a retratar todos os valores na mesma base, ou seja 31/12/07. Desta maneira, a análise e a comparação dos dados demonstrativos podem ser feitas sem distorções entre um ano e outro, em decorrência das alterações no poder de compra da moeda. Os demonstrativos contábeis corrigidos encontram-se no quadro 9, BP atualizado IGP-M e 13.1 DRE atualizado pelo IGP-M.

Quadro 9 – BP atualizado IGP-M

BALANÇO PATRIMONIAL 2005/2006/2007

(reclassificado e atualizado pelo IGP-M)

Análises vertical e horizontal

	anual	AV%	AH%	anual	AV%	AH%	anual	AV%	AH%
	31/12/2005			31/12/2006			31/12/2007		
	VA			VA			VA		
CIRCULANTE									
Disponível	4.680	0,77		5.527			3.341		71,38
Caixa Geral	936	0,15	100,00	637	0,14	68,02	1.942	0,41	207,43
Bancos com Movimento	3.744	0,61	100,00	4.891	1,09	130,62	1.399	0,30	37,36
Realizável a Curto Prazo	351.949	57,65		82.805			22.351		
Clientes	10.772	1,76	100,00	2.498	0,56	23,19	18.353	3,90	170,37
Estoque de Mercadorias	341.177	55,88	100,00	80.307	17,90	23,54	3.998	0,85	1,17
SOMA	356.629	58,41	100,00	88.332	19,69	245,36	25.692	5,46	416,34
REAL. A LONGO PRAZO									
Aplicações Financeiras									
Aplicações Banestado	312	0,05	100,00	302	0,07	96,61	285	0,06	91,21
Aplicações Sicredi	-			1.211	0,27	-	2.285	0,49	-
SOMA	312	0,05	100,00	1.513	0,34	96,61	2.569	0,55	91,21
PERMANENTE									
Imobilizado									
Bens	253.590	41,54	100,00	358.747	79,97	141,47	442.647	94,00	174,55
SOMA	253.590	41,54	100,00	358.747	79,97	141,47	442.647	94,00	174,55
TOTAL DO ATIVO	610.532	100,00	100,00	448.592	100,00	483,44	470.908	100,00	682,10
PASSIVO CIRCULANTE									
Contas Credoras									
Fornecedores	14.102	2,31	100,00	33.844	7,54	239,99	16.607	3,53	117,76
Obrigações a Pagar	30.408	4,98	100,00	34.493	7,69	113,44	44.240	9,39	145,49
Empréstimos	1.077	0,18	100,00	18.886	4,21	1.754,32	40.654	8,63	3.776,40
Adiantamentos Recebidos	256.223	41,97	100,00	247.544	55,18	96,61	70.342	14,94	27,45
SOMA	301.810	49,43	100,00	334.767	74,63	2.204,36	171.843	36,49	4.067,10
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO									
Contas Credoras									
Empréstimos e Financiamentos	279.804	45,83	100,00	71.265	15,89	25,47	79.723	16,93	28,49
SOMA	279.804	45,83	100,00	71.265	15,89	25,47	79.723	16,93	28,49
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital Social	-			-			-		
Capital Subscrito	10.995	1,80	100,00	10.622	2,37	96,61	10.000	2,12	90,95
Reservas	-			-			-		
Lucros Acumulados	17.923	2,94	100,00	31.936	7,12	178,19	209.341	44,45	1.168,00
SOMA	28.918	4,74	100,00	42.559	9,49	274,80	219.341	46,58	1.258,96
TOTAL DO PASSIVO	610.532	100,00	100,00	448.592	100,00	2.504,63	470.908	100,00	5.354,55

Quadro 9.1 – DRE atualizado IGP-M

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2005/2006/2007

	31/12/2005	AV%	AH%	31/12/2006	AV%	AH%	31/12/2007	AV%	AH%
	VA			VA			VA		
RECEITA BRUTA	651.954	100,00	100,00	808.463	100,00	124,01	990.019	100,00	151,85
Venda de produtos	96.168	14,75	100,00	275.562	34,08	2,87	160.742	16,24	167,15
Prestação de Serviço	555.786	85,25	100,00	532.901	65,92	0,96	829.277	83,76	149,21
Impostos sobre vendas	(80.641)	(12,37)	100,00	(100.257)	(12,40)	(12,40)	(137.581)	(0,14)	170,61
RECEITA LÍQUIDA	571.313	100,00	100,00	708.207	100,00	123,96	852.439	100,00	149,21
Custo produtos vendidos	(510.927)	(8,94)	100,00	(665.130)	(93,92)	1,30	(620.189)	(0,73)	121,39
LUCRO BRUTO	60.386	10,57	100,00	43.077	6,08	71,34	232.250	0,27	384,61
Despesas operacionais	(55.581)	(9,73)	100,00	(28.456)	(4,02)	0,51	(52.434)	(0,06)	184,26
Despesas com Vendas	(3.641)	(0,64)	100,00	(3.612)	(0,51)	0,99	(7.139)	(0,01)	197,63
Despesas Tributárias	(704)	(0,12)	100,00	-	-	-	-	-	-
Despesas/ Receitas financeiras (+/-)	(11.015)	(1,93)	100,00	(15.067)	(2,13)	1,37	(21.248)	(0,02)	141,03
Despesas gerais	(40.221)	(7,04)	100,00	(9.777)	(1,38)	0,24	(24.046)	(0,03)	245,96
LUCRO OPERACIONAL	4.806	0,84	100,00	14.620	2,06	3,04	179.816	0,21	3.741,84
LUCRO LÍQUIDO	4.806	0,84	100,00	14.620	2,06	3,04	179.816	0,21	3.741,84

6.4 ANÁLISES ATRAVÉS DOS ÍNDICES VERTICAL/HORIZONTAL

Conforme pode-se observar no quadro 9 na análise Vertical o Ativo Circulante: No ano de 2005 representa 54,41% do total do ativo, no ano de 2006 diminuiu para 19,69% e no ano de 2007 continuou com uma baixa de 5,46%. Já no Ativo Realizável a Longo Prazo: No ano de 2005 representa 0,05% de participação do total do ativo apenas, no ano de 2006 aumentou para 0,34% do total do ativo e no ano de 2007 aumentou para 0,55 do total do ativo. E também no Ativo Permanente: No ano de 2005 participava com 41,54% do total do ativo, no ano de 2006 aumentou para 79,97% e no ano de 2007 houve um aumento em sua participação para 94,00% do total do ativo tendo assim investimentos em seu imobilizado.

No Passivo Circulante: No ano de 2005 detinha 49,43% de participação do total do passivo, no ano de 2006 houve um acréscimo de 74,63% do total do passivo no ano de 2007 houve uma redução de 36,49% do total do passivo. E o Passivo Exigível a Longo Prazo: No ano de 2005 detinha 45,83% do total do passivo, no ano de 2006 baixou para 15,89% e no ano de 2007 cresceu para 16,93% sua participação no total do passivo. Já o Patrimônio Líquido: No ano de 2005 detinha 4,74% de participação do total do passivo, em 2006 aumentou para 9,49% do total do passivo em 2007 aumentou sua participação para 46,58% do total do passivo.

Conforme pode-se observar no quadro 9.1 a análise das Demonstrações de Resultado as deduções da receita Bruta representavam em 2005 uma participação de 651,954 que aumentou para 808.463 e em 2007 para 990.019.

Conforme pode-se observar na quadro 9 na Análise Horizontal o Ativo Circulante – No ano de 2006 em relação a 2005 apresentou um acréscimo de 24,77 e o ano de 2007 a 2005 apresentou um decréscimo de 7,20. Já o Realizável a Longo Prazo – O ano de 2006 em relação a 2005 apresentou um decréscimo de 484,94 e o ano de 2007 a 2005 apresentou um acréscimo de 823,40. E no Permanente -O ano de 2006 em relação a 2005 apresentou um decréscimo 141,47% e o ano de 2007 a 2005 apresentou um acréscimo de 174,55%. O Passivo Circulante – O ano de 2006 em relação a 2005 apresentou um acréscimo de 110,92% e o ano de 2007 em relação a 2005 um decréscimo de 56,94%.Passivo Exigível a Longo Prazo – O ano de 2006 em relação a 2005 apresentou um decréscimo de 25,47 % e o ano de 2007 em relação a 2005 um acréscimo de 28,49%.Patrimônio Líquido - ano de 2006 em relação a 2005 apresentou um decréscimo de 147,17 e o ano de 2006 a 2007 um acréscimo de 758,49%.

6.5 CALCULO DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIRO

O grau de excelência da análise econômico-financeiro esta relacionado com qualidade e extensão das informações que o analista consegue gerar. Para Padoveze (2007), a análise econômico-financeiro tem por objetivo extrair informações das demonstrações contábeis que venham a ser utilizadas para a tomada de decisões em uma empresa. Apresenta-se a seguir o quadro 10 que resume os principais grupos de índices econômico-financeiro

Quadro 10 – Cálculo dos índices econômico- financeiro

GRUPO	DENOMINAÇÃO	2005 VALOR	2006 VALOR	2007 VALOR
F i n â n c i s e r a	Liquidez Imediata	0,02	0,02	0,02
	Liquidez Seca	0,05	0,02	0,13
	Liquidez Corrente	1,18	0,26	0,15
	Liquidez Geral	0,61	0,22	0,11
E s t r u t u r a l	Participação do capital de Terceiros	2011,27%	954,05%	114,69%
	Composição das Exigibilidades	51,89%	82,45%	68,31%
	Imobilização de Recursos Próprios	876,94%	842,94%	201,81%
	Capitalização		6,75%	28,48%
E c o n ô m i c a	Margem Líquida	0,84%	2,06%	21,09%
	Rentabilidade do ativo		0,69%	9,78%
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido		10,23%	34,33%
	Produtividade		1,34	1,85

Fonte: Silveira (2007, p. 12) , adaptado pelo autor

Como se pode observar na quadro 10 o grupo da Análise financeira mostra que a Liquidez imediata – devido ao pouco interesse das empresas em manter dinheiro em caixa e em bancos conta movimento, o índice mostrou-se insatisfatório. Na Liquidez seca – os índices apresentados no período analisado são considerados insatisfatórios. Em todos os exercícios analisados não apresentou sobras, ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida possui apenas R\$ 0,61, R\$ 0,22 e R\$ 0,11 respectivamente.

Liquidez corrente – Esta análise também apresenta índices baixos sendo classificada como um índice insatisfatório também. E por fim na Liquidez geral – os resultados deste índice em 2005, 2006 e 2007 demonstram que a empresa terá dificuldades em honrar seus compromissos a longo prazo. A empresa encontra-se nesta condição devido a altos investimentos para a expansão. A empresa aposta que com este investimento aumentará significativamente sua produção, aumentando

as receitas e conseqüentemente seu lucro líquido, com isso captar recursos para saldar as dívidas a longo prazo.

Na Análise estrutural observamos no quadro 10 que a participação do capital de terceiros nas operações da empresa mostra-se decrescente. Em 2005 era 2.011,27% do patrimônio líquido passando para 1954,05% em 2006 e em 2007 atingiu 114,69% do patrimônio líquido, ou seja, em 2007 para cada R\$ 100,00 de capitais próprios investidos tem R\$ 114,69 de recursos oriundos de terceiros.

Na composição das exigibilidades demonstrou-se que o capital de terceiros aplicados na empresa teve um aumento passando de 51,89% em 2005 para 82,45% em 2006. No ano de 2007 houve uma redução nessa participação e passou para 68,31% mas ainda ficou superior na participação demonstrada no ano base.

A imobilização dos recursos próprios teve uma pequena oscilação nos anos de 2005 e 2006 e ficou em baixa de 201,81% em 2007 comparado aos anos anteriores. O índice de capitalização demonstra que houve um aumento no volume dos recursos gerados pela empresa e que permaneceram financiando suas atividades. Passou de 6,75% em 2006 para 28,48% em 2007.

Já a Análise econômica o quadro 10 nos mostra que a margem líquida da empresa apresentou uma queda no ano de 2005 Passou de 0,84% em 2006 para 2,06%. No ano de 2007 houve uma recuperação da margem líquida que alcançou 21,09% das vendas líquidas. A rentabilidade do ativo teve uma pequena melhora em relação ao ano anterior. Isto significa que para cada R\$ 100,00 aplicados no ativo a empresa obteve lucro de R\$ 9,78. Assim como a rentabilidade do ativo, a rentabilidade do patrimônio líquido também apresentou uma melhora em relação ao ano anterior. Passou de 10,23% em 2006 para 34,33% em 2007, ou seja, para cada R\$ 100,00 do patrimônio líquido a empresa obteve lucro de R\$ 10,23 e R\$ 34,33 respectivamente. O índice de produtividade representa o volume do ativo em relação ao volume das vendas líquidas. Este índice demonstra que a cada R\$ 1,00 investido a empresa recebeu apenas R\$1,34 no ano de 2006 e R\$1,85 em 2007.

6.6 CALCULOS E GRÁFICOS DA ÁREA DO CCL E CCP

O CCL representa (FLEURIET 2003) um conceito econômico-financeiro, e não legal, formando uma fonte de recursos permanentes, necessária para financiar a necessidade de capital de giro da empresa, quando o CCL for positivo, maior será a

liquidez da empresa e menores as possibilidades de apresentar desequilíbrio financeiro, quando negativo indicará uma aplicação de fundos de curto prazo para o financiamento de parte de seu ativo permanente, o que aumenta o risco de insolvência da empresa, mas que nem sempre significará dificuldades financeiras para a mesma. O CCP pode ser negativo, caso em que os financiamentos de longo prazo possam cobrir sozinhos o capital circulante líquido e mesmo pode ser negativo (MATARAZZO 2006).

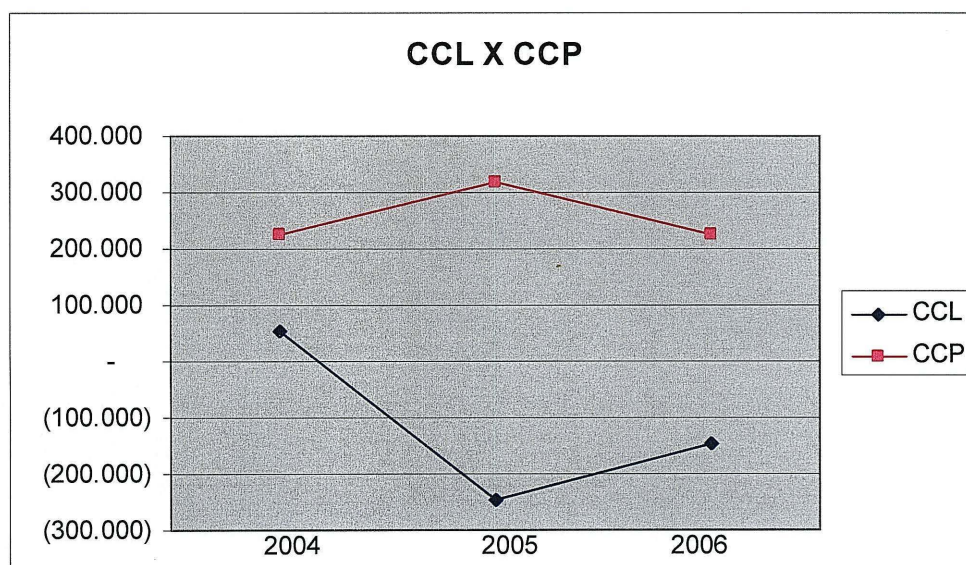
Quadro : 11 – cálculos de CCL X CCP

	2005	2006	2007
CCL	54.820	(246.435)	(146.152)
CCP	224.672	316.188	223.305

Fonte: o autor

A seguir pode-se observar no gráfico como fica os cálculos da CCL X CCP gráfico 4.

Gráfico 4 – CCL X CCP



No período analisado o gráfico 4 demonstra que o CCL da empresa não teve de uma sobra de valores no seu ativo circulante para cobrir as despesas a curto prazo não ocorrendo com isso o efeito tesoura. O CCP nos indica que os valores foram todos aplicados em ativo permanente e que houve captação de recursos de terceiros para completar os investimentos no ativo permanente.

6.7 ANÁLISE AVANÇADA DO CAPITAL DE GIRO

A estrutura do quadro 12 possibilita analisar empresas usando tanto o IOG quanto outros conceitos a ele integrados. O Ativo circulante foi desmembrado em duas partes, isto é, uma delas a parte cíclica que contém os itens relacionados de forma direta com o ciclo operacional da empresa, o ACC e a outra diz respeito a parte mais financeira, a parte chamada de ativo circulante financeiro ACF. Ao mesmo tempo desdobramos o passivo circulante em duas partes, uma diretamente relacionada ao ciclo operacional da empresa exceto os empréstimos bancários, o PCC, e outra de natureza financeira que compreende os empréstimos bancários, descontos de títulos e outras operações que não decorrem diretamente do ciclo operacional da empresa, o PCF.

As contas não circulantes foram agrupadas, formando o ativo não circulante ANC, composto pelo realizável a longo prazo e pelo ativo permanente, o passivo não circulante PNC, composto pelo exigível a longo prazo e o resultado de exercícios futuros e o patrimônio líquido, as fontes não circulantes compreendem o PNC mais o patrimônio líquido PL.

Quadro 12 – estrutura do BP para análise avançada do Capital de giro

		<u>anual</u>		<u>anual</u>		<u>anual</u>
		<u>31/12/2005</u>		<u>31/12/2006</u>		<u>31/12/2007</u>
		VA		VA		VA
ativo circulante financeiro (ACF)						
Disponível		4.680		5.527		3.341
Caixa Geral	ACF	936		637		1.942
Bancos com Movimento	ACF	3.744		4.891		1.399
ativo circulante cíclico (ACC)		351.949		82.805		22.351
Clientes	ACC	10.772		2.498		18.353
Estoque de Mercadorias	ACC	341.177		80.307		3.998
SOMA		356.629		88.332		25.692
ativo não circulante (ANC)						
REAL. A LONGO PRAZO						
Aplicações Financeiras						
Aplicações Banestado	ANC	312		302		285
Aplicações Sicredi	ANC	-		1.211		2.285
SOMA		312		1.513		2.569
PERMANENTE						
Imobilizado						
Bens	ANC	253.590		358.747		442.647
SOMA		253.590		358.747		442.647
TOTAL DO ATIVO		610.532		448.592		470.908
passivo circulante oneroso (PCO)						
Contas Credoras						
Fornecedores	PCC	14.102		33.844		16.607
Obrigações a Pagar	PCO	30.408		34.493		44.240
Emprestimos	PCO	1.077		18.886		40.654
Adiantamentos Recebidos	PCC	256.223		247.544		70.342
SOMA		301.810		334.767		171.843
passivo circulante cíclico (PCC)						
Contas Credoras						
Emprestimos e Financiamentos	PNC	279.804		71.265		79.723
SOMA		279.804		71.265		79.723
passivo não circulante (PNC)						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social		-		-		-
Capital Subscrito	PNC	10.995		10.622		10.000
Reservas		-		-		-
Lucros Acumulados	PNC	17.923		31.936		209.341
SOMA		28.918		42.559		219.341
TOTAL DO PASSIVO		610.532		448.592		470.908

6.8 Gráficos IOG X CCL

Combinando-se as variáveis CCL, NCG e ST (FLEURIET 2003) diagnosticou alguns tipos de situações financeira para a empresa conforme apresentamos nos gráficos 13, 13.1 para demonstrar o ano 2005, os gráficos 14, 14.1 para 2006 e os gráficos 15, 15.1 para demonstrar a situação financeira de 2007.

Quadro 13 – estrutura de BP para análise.

	2005	
	Ativo	Passivo
ACF	4.680	
ACC	351.949	
ANC	253.902	
PCO		31.484
PCC		270.325
PNC		308.722

Quadro 13 9.1 – tipo de estrutura de balanço

	2005
ST	(26.804)
IOG	81.624
CCL	(54.820)

Restrição: $ST < 0$; $IOG > 0$; $CCL < 0$ e Condição: $ST > CCL < IOG$ conforme pode-se observar na restrição e condição do ano de 2005 o tipo de estrutura é a 5 onde mostra a situação financeira muito ruim, já que fontes de recursos a curto prazo financiam as operações da empresa e parte do seu permanente .

Quadro 14 – estrutura de BP para análise

	2006	
	Ativo	Passivo
ACF	5.527	
ACC	82.805	
ANC	360.260	
PCO		53.379
PCC		281.388
PNC		113.824

Quadro 14.1 – tipo de estrutura de balanço

	2006
ST	(47.852)
IOG	(198.584)
CCL	246.436

Restrição: $ST \geq 0$; $IOG < 0$; $CCL > 0$ e Condição: $ST < CCL > IOG$ conforme pode-se observar na restrição e condição do ano de 2006 o tipo de estrutura é a 2 onde mostra a situação financeira sólida e pode-se constatar que o CDG é suficiente para suprir as NCG e ainda proporcionar recursos para aplicação em ACF, o que revela uma liquidez relativa a empresa. Então neste tipo de estrutura os recursos permanentes aplicados no capital de giro (CCL) suprem a insuficiência do PCC permitindo assim uma manutenção de um saldo positivo de tesouraria.

Quadro 15 – estrutura de BP para análise

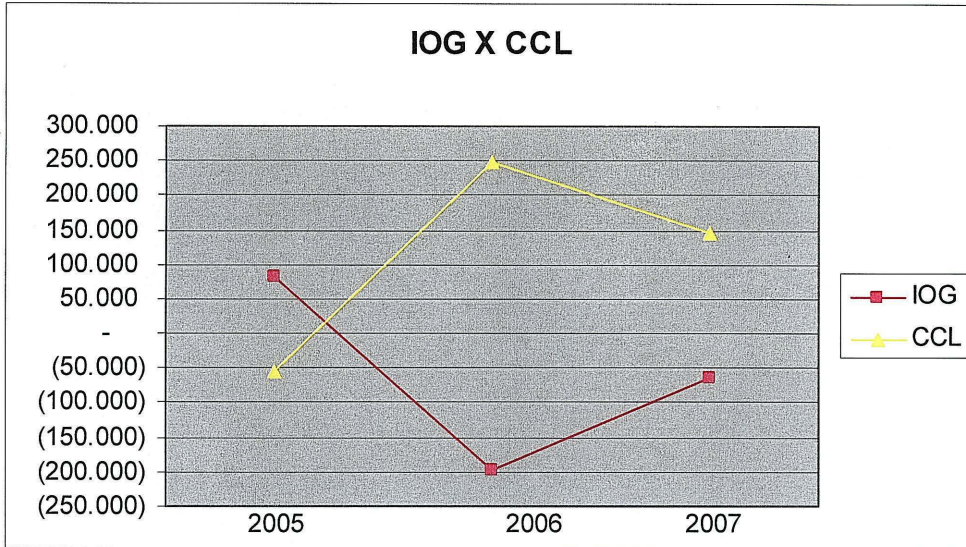
	2007	
	Ativo	Passivo
ACF	3.341	
ACC	22.351	
ANC	445.216	
PCO		84.894
PCC		86.949
PNC		299.065

Quadro 15.1 – tipo de estrutura de balanço

	2007
ST	(81.554)
IOG	(64.598)
CCL	146.152

Restrição: $ST \geq 0$; $IOG < 0$; $CCL > 0$ e Condição: $ST < CCL > IOG$ conforme pode-se observar na restrição e condição do ano de 2007 o tipo de estrutura é a 2 onde mostra a situação financeira sólida e pode-se constatar que o CDG é suficiente para suprir as NCG e ainda proporcionar recursos para aplicação em ACF, o que revela uma liquidez relativa a empresa. Então neste tipo de estrutura os recursos permanentes aplicados no capital de giro (CCL) suprem a insuficiência do PCC permitindo assim uma manutenção de um saldo positivo de tesouraria.

Gráfico 5 – IOG X CCL



Fonte : o autor

O gráfico demonstra que o CCL teve um aumento superior ao IOG nos anos de 2006 e 2007, não ocorrendo neste período o Efeito Tesoura, pois o mesmo ocorre quando o Capital de Giro de uma entidade (CCL) não é mais suficiente para suportar sua Necessidade de Capital de Giro (IOG), tornando necessária a contratação de recursos com vencimento curto prazo.

7 CONCLUSÕES

O presente estudo de caso teve sua realização com base na análise das Demonstrações Contábeis da empresa Auto Mecânica, no período compreendido entre os anos de 2005 a 2007. A análise limitou-se ao Balanço Patrimonial e à Demonstração do Resultado do Exercício os quais foram reestruturados e atualizados pelo IGP-M índice geral de preços médio, para a elaboração da análise foram realizados cálculos utilizando-se de fórmulas para apuração dos índices econômico-financeiro.

De um modo geral, a empresa encontra-se em uma situação econômico-financeiro sólida pelo que se pode observar através dos índices da empresa. Embora tenha uma liquidez geral considerada insatisfatória, os outros índices da empresa dão suporte à continuidade de suas operações.

Pode-se perceber, pelos cálculos efetuados, que a empresa teve altos investimentos para sua expansão. Ela aposta que estes investimentos aumentarão significativamente sua produção, aumentando as receitas e conseqüentemente seu lucro líquido e assim captará recursos para saldar compromissos a longo prazo.

A empresa encontra-se na faixa de solvência e não apresenta risco de falência. A participação de capitais de terceiros, embora tenha aumentado, reflete uma possível estratégia da empresa em utilizar recursos de terceiros para financiar suas atividades. O objetivo desse estudo de caso foi o de avaliar a situação econômica e financeira da empresa, para que os administradores usem-no como subsídio para o planejamento e tomada de decisões futuras.

As informações das análises de uma empresa podem atender a diferentes objetivos, conforme aos interesses de seus vários usuários ou pessoas físicas ou jurídicas que apresentam algum tipo de relacionamento com a empresa, análise financeira permite uma visão estratégica dos planos da empresa analisada, estimar o futuro, suas limitações e suas potencialidades. É importante para todos os que pretendam relacionar-se com uma empresa, seja como fornecedores, financiadores ou acionistas.

Além disso, a análise financeira pode ajudar a convencer os sócios existentes, ou potenciais, no aumento dos investimentos na empresa. No caso da gestão, os indicadores de atividade permite que o empresário consiga estimar quanto tempo leva, em média, para seus estoques se acabem, ou quanto tempo ele

leva para receber, no caso das vendas a prazo, ou até mesmo quanto tempo em média ela está demorando até pagar seus fornecedores.

REFERÊNCIAS

- ANTHONY, R. N. **Contabilidade gerencial**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1974.
- ASSAF NETO, A ; MARTINS E. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1986.
- ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços**. 4. ed. Atlas, 1998.
- ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.
- BRAGA, H. R. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. São Paulo: Atlas, 4 ed. 1999.
- DIAS, C. **Estudo de Caso**. Disponível em: <http://www.geocites.com/Claudiaad/qualitativa.html>, acesso em: 10 jun.2008.
- FIPECAFI, A. A.. **Normas e práticas contábeis no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- FLEURIET, M. **A dinâmica financeira das empresas brasileiras**. Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 1985.
- FLEURIET, M; KEHDY, R; BLANK, G. **O Modelo Fleuriet A dinâmica financeira das empresas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- FRANCO, H. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. São Paulo: Atlas, 15 ed.1989.
- KANITZ, S. C. **Como prever falências de empresas**. Artigo publicado na Revista Exame ,dezembro de 1974.
- IUDÍCIBUS, S. **Análise de Balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- IUDÍCIBUS, S. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanço**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARQUES, J.C. **Análise Financeira das empresas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

NEVES, S; VICECONTI, P. E. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras**. 8 ed. São Paulo: Frase. 1999.

PADOVEZE, C L. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 1996.

PADOVEZE, C L.; BENEDICTO, G C. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 2 ed. São Paulo: Thomson Larning, 2007.

RIBEIRO, O. M. **Estrutura e Análise de Balanços**. 6^a ed. Saraiva, 1999.

SILVA, J. P. **Análise financeira de empresas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TOMA, P. **Demonstrativo do Fluxo de Caixa**. Disponível em: <http://www.abradif.com.br/treinamento/guia2001/guia/financeiro/financeiro0302.pdf>. Acesso em: 10 jun.2008.

USP. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 6. ed. São Paulo Atlas. 2003.

ANEXOS

CUSTOS	588.599,68 DB	
CUSTOS OPERACIONAIS	47.839,58 DB	
CUSTO DE MERCADORIAS	47.839,58 DB	
DESPESAS OPERACIONAIS	540.760,10 DB	
DESPESAS TRIBUTARIAS	76.591,16 DB	
DESPESAS FINANCEIRAS	7.312,95 DB	
DESPESAS GERAIS	456.755,99 DB	
= RECEITA LÍQUIDA	0,00 CR	10.775,92 CR
= LUCRO BRUTO	0,00 CR	37.063,66 DB
= RESULTADO OPERACIONAL	0,00 CR	4.370,79 CR
RECEITAS	592.970,47 CR	
RECEITAS OPERACIONAIS	592.970,47 CR	
VENDA DE MERCADORIAS	37.467,08 CR	
OUTRAS RECEITAS	505.503,39 CR	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00 CR	4.370,79 CR

RECONHECENDO A EXATIDÃO DA PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 de DEZEMBRO de 2005

QUATRO MIL E TREZENTOS E SETENTA REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS
 XXXXXXXXXX
 XXXXXXXXXX

Classificacao	Reduz	Descricao	Saldo Anterior	Saldo no Mes	Saldo Atual
3.0.0.00.00		RESULTADO OPERACIONAL	141.002,92 CR	19.273,13 CR	179.276,05 CR
3.1.0.00.00		CUSTOS	733.897,28 DR	74.845,88 DR	810.743,16 DR
3.1.1.00.00		CUSTOS OPERACIONAIS	106.113,00 DR	6.170,00 DR	112.283,00 DR
3.1.1.01.00		CUSTO DE MERCADORIAS	106.113,00 DR	6.170,00 DR	112.283,00 DR
3.1.1.01.01	430	MERCADORIAS VENDIDAS	106.113,00 DR	6.170,00 DR	112.283,00 DR
3.1.2.00.00		DESPESAS OPERACIONAIS	479.587,98 DR	26.446,16 DR	506.034,14 DR
3.1.2.01.00		DESPESAS TRIBUTARIAS	127.730,05 DR	15.583,32 DR	143.313,37 DR
3.1.2.01.01	491	ICMS	3.768,35 DR	0,00 CR	3.768,35 DR
3.1.2.01.09	499	C.P.N.F.	5.302,36 DR	425,28 DR	5.727,64 DR
3.1.2.01.10	500	SIMPLES-FEDERAL	109.647,67 DR	14.986,70 DR	124.634,37 DR
3.1.2.01.11	26	IGS	5.930,47 DR	0,00 CR	5.930,47 DR
3.1.2.01.12	502	IDF	5,83 DR	1,28 DR	7,11 DR
3.1.2.01.99	501	IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS	3.075,47 DR	172,08 DR	3.247,55 DR
3.1.2.02.00		DESPESAS FINANCEIRAS	15.357,37 DR	156,37 DR	15.513,74 DR
3.1.2.02.02	563	JUROS DE MORA	8.633,97 DR	73,07 DR	8.711,06 DR
3.1.2.02.03	564	DESPESAS BANCARIAS	6.721,38 DR	81,30 DR	6.802,68 DR
3.1.2.03.00		DESPESAS GERAIS	336.500,56 DR	10.704,47 DR	347.205,03 DR
3.1.2.03.01	625	PRO-LABORE	16.929,29 DR	2.484,61 DR	19.413,90 DR
3.1.2.03.02	626	DESPESAS COM PESSOAL	178.098,44 DR	2.840,97 DR	180.939,41 DR
3.1.2.03.03	622	ENCARG. DA PREVIDENCIA	922,76 DR	556,04 DR	1.478,80 DR
3.1.2.03.04	628	ENCARG. DO F.B.T.S	13.770,49 DR	96,33 DR	13.866,82 DR
3.1.2.03.06	630	LUZ	10.020,21 DR	0,00 CR	10.020,21 DR
3.1.2.03.07	631	TELEFONE	10.932,11 DR	977,76 DR	11.909,87 DR
3.1.2.03.08	632	HONORARIOS	6.114,00 DR	580,00 DR	6.694,00 DR
3.1.2.03.09	633	ALUGUEL	150,00 DR	50,00 DR	200,00 DR
3.1.2.03.11	635	DESPESAS DE VIAGENS	0,00 CR	200,41 DR	200,41 DR
3.1.2.03.14	638	LANCHES E REFEICOES	821,38 DR	0,00 CR	821,38 DR
3.1.2.03.15	639	DESPESAS COM VEICULOS	1.506,00 DR	0,00 CR	1.506,00 DR
3.1.2.03.16	643	DESPESAS DE COMBUSTIVEIS	6.916,72 DR	0,00 CR	6.916,72 DR
3.1.2.03.19	644	PECAS/MATERIAIS UTIL. NA PREST. SERV.	70.139,74 DR	0,00 CR	70.139,74 DR
3.1.2.03.20	645	IMPRESSOS E MATERIAIS DE ESCRITORIO	421,30 DR	31,75 DR	453,05 DR
3.1.2.03.21	142	FRETES E CARRETOS	3.277,30 DR	388,05 DR	3.665,35 DR
3.1.2.03.22	20	SEGUROS	1.094,31 DR	0,00 CR	1.094,31 DR
3.1.2.03.24	27	MATERIAL DE USO E CONSUMO	457,37 DR	462,48 DR	919,85 DR
3.1.2.03.26	30	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	230,00 DR	0,00 CR	230,00 DR
3.1.2.03.27	442	MULTAS RECAISORIAS	5.052,68 DR	1.023,39 DR	6.076,07 DR
3.1.2.03.28	646	MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE	70,92 DR	7,00 DR	77,92 DR
3.1.2.03.29	647	ACIPS - SPC	97,00 DR	49,50 DR	146,50 DR
3.1.2.03.30	648	DESPESAS CORREIOS	45,80 DR	21,00 DR	66,80 DR
3.1.2.03.31	649	DESPESAS COM CARTORIO	42,25 DR	26,10 DR	68,35 DR
3.1.2.03.32	651	CONVENIO DR MARIO J. AVAIS DE NELLO	394,00 DR	209,00 DR	603,00 DR
3.1.2.03.33	652	CONVENIO FARMACIA FARMAIS	955,36 DR	238,82 DR	1.194,18 DR
3.1.2.03.34	653	CONVENIO FARMACIA N. SRA. DAS BROTAS	839,88 DR	173,06 DR	1.012,94 DR
3.1.2.03.35	654	CONVENIO FARMACIA FARMASUL	126,07 DR	0,00 CR	126,07 DR
3.1.2.03.36	655	CONVENIO FARMACIA DRUGAFARMA	95,03 DR	35,80 DR	130,83 DR
3.1.2.03.37	656	CONVENIO LABORATORIO BLUE LABOR	186,00 DR	0,00 CR	186,00 DR
3.1.2.03.38	658	INTERNET	12,50 DR	0,00 CR	12,50 DR
3.1.2.03.99	641	OUTRAS DESPESAS	2.781,45 DR	252,40 DR	3.034,05 DR
3.1.3.00.00		DESPESAS OPERACIONAIS	66.897,43 DR	17.729,28 DR	84.626,71 DR
3.1.3.01.00		DESPESAS DO SETOR DE SERV. MECANICOS	66.897,43 DR	17.729,28 DR	84.626,71 DR
3.1.3.01.01	700	DESPESAS COM PESSOAL	47.181,69 DR	10.397,81 DR	57.579,50 DR
3.1.3.01.02	701	ENCARGOS DA PREVIDENCIA	1.970,54 DR	1.674,58 DR	3.645,12 DR
3.1.3.01.03	704	ENCARGOS DO F.B.T.S	2.745,19 DR	1.249,58 DR	3.994,77 DR
3.1.3.01.06	707	DESPESAS COM VEICULOS	235,00 DR	501,00 DR	736,00 DR
3.1.3.01.07	708	PECAS/MAT. UTIL. NA PREST. SERVICIOS	4.338,05 DR	2.123,68 DR	6.461,73 DR

Continua

ATIVO

	0,00 CR	422.310,87 DB
ATIVO CIRCULANTE		
DISPONIVEL	0,00 CR	83.156,84 DB
CAIXA GERAL	5.203,51 DB	
BANCOS D/MOVIMENTO	599,44 DB	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	4.604,07 DB	
CLIENTES	77.953,33 DB	
ESTOQUE DE MERCADORIAS	2.351,39 DB	
	75.601,94 DB	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
APLICACOES FINANCEIRAS	0,00 CR	1.424,80 DB
APLICACOES BANESTADO	1.424,80 DB	
APLICACOES SICREDI	284,80 DB	
	1.140,00 DB	
PERMANENTE		
IMOBILIZADO	0,00 CR	337.729,23 DB
RENS	337.729,23 DB	
	337.729,23 DB	

PASSIVO

	0,00 CR	422.310,87 CR
CIRCULANTE	0,00 CR	315.155,24 CR
CONTAS CREDORAS	315.155,24 CR	
FORNECEDORES	31.861,49 CR	
OBRIGACOES A PAGAR	32.472,51 CR	
EMPRESTIMOS	17.779,26 CR	
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	233.041,98 CR	
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	0,00 CR	67.090,20 CR
CONTAS CREDORAS	67.090,20 CR	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	67.090,20 CR	
PATRIMONIO LIQUIDO	0,00 CR	40.065,43 CR
CAPITAL SOCIAL	10.000,00 CR	
CAPITAL SUBSCRITO	10.000,00 CR	
RESERVAS	30.065,43 CR	
LUCROS ACUMULADOS	30.065,43 CR	

RECONHECENDO A EXATIDAO DO PRESENTE BALANCO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 de DEZEMBRO de 2006

SOMANDO TANTO NO ATIVO COMO NO PASSIVO, A IMPORTANCIA SUPRA DE R\$ 422.310,87

QUATROCENTOS E VINTE E DOIS MIL E TREZENTOS E DEZ REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS

.....

.....

CUSTOS	747.333,87	DB	
CUSTOS OPERACIONAIS	181.590,00	DB	
CUSTO DE MERCADORIAS	181.590,00	DB	
DESPESAS OPERACIONAIS	565.743,87	DB	
DESPESAS TRIBUTARIAS	98.265,27	DB	
DESPESAS FINANCEIRAS	10.302,06	DB	
DESPESAS GERAIS	457.176,54	DB	
= RECEITA LÍQUIDA	0,00	CR	161.152,75 CR
= LUCRO BRUTO	0,00	CR	20.437,25 DB
= RESULTADO OPERACIONAL	0,00	CR	13.763,92 CR
RECEITAS	761.097,79	CR	
RECEITAS OPERACIONAIS	761.097,79	CR	
VENDA DE MERCADORIAS	259.418,02	CR	
OUTRAS RECEITAS	501.679,77	CR	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	CR	13.763,92 CR

RECONHECENDO A EXATIDÃO DA PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 de DEZEMBRO de 2006

TREZE MIL E SETECENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS

.....

Classificacao	Reduz	Descricao	Saldo Anterior	Saldo no Mes	Saldo Atual
3.0.0.00.00		RESULTADO OPERACIONAL	180.532,08 CR	166.768,16 DB	13.763,92 CR
3.1.0.00.00		CUSTOS	500.779,70 DB	246.554,17 DB	747.333,87 DB
3.1.1.00.00		CUSTOS OPERACIONAIS	0,00 CR	181.590,00 DB	181.590,00 DB
3.1.1.01.00		CUSTO DE MERCADORIAS	0,00 CR	181.590,00 DB	181.590,00 DB
3.1.1.01.01	430	MERCADORIAS VENDIDAS	0,00 CR	181.590,00 DB	181.590,00 DB
3.1.2.00.00		DESPEAS OPERACIONAIS	500.779,70 DB	64.964,17 DB	565.743,87 DB
3.1.2.01.00		DESPEAS TRIBUTARIAS	86.329,36 DB	11.935,91 DB	98.265,27 DB
3.1.2.01.01	491	ICMS	8.575,07 DB	1.233,58 DB	9.808,65 DB
3.1.2.01.09	499	C.P.M.F.	3.473,07 DB	409,24 DB	3.882,31 DB
3.1.2.01.10	500	SIMPLES-FEDERAL	61.741,70 DB	8.856,25 DB	70.597,95 DB
3.1.2.01.11	26	ISS	10.931,89 DB	1.436,84 DB	12.368,73 DB
3.1.2.01.99	501	IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS	1.607,63 DB	0,00 CR	1.607,63 DB
3.1.2.02.00		DESPEAS FINANCEIRAS	9.662,05 DB	640,01 DB	10.302,06 DB
3.1.2.02.02	563	JUROS DE MORA	3.216,90 DB	0,00 CR	3.216,90 DB
3.1.2.02.03	564	DESPEAS BANCARIAS	6.445,15 DB	640,01 DB	7.085,16 DB
3.1.2.03.00		DESPEAS GERAIS	404.788,29 DB	52.388,25 DB	457.176,54 DB
3.1.2.03.02	+ 626	DESPEAS COM PESSOAL	273.575,55 DB	42.237,35 DB	315.812,90 DB
3.1.2.03.03	+ 627	ENCARG.DA PREVIDENCIA	6.204,80 DB	1.839,52 DB	8.044,32 DB
3.1.2.03.04	+ 628	ENCARG.DO F.B.T.S	20.027,51 DB	2.210,81 DB	22.238,32 DB
3.1.2.03.06	+ 630	LUZ	11.987,54 DB	844,38 DB	12.831,92 DB
3.1.2.03.07	+ 631	TELEFONE	13.819,99 DB	554,58 DB	14.374,57 DB
3.1.2.03.08	+ 632	HONORARIOS	4.511,76 DB	825,00 DB	5.336,76 DB
3.1.2.03.15	+ 639	DESPEAS COM VEICULOS	4.573,16 DB	40,00 DB	4.613,16 DB
3.1.2.03.18	+ 643	DESPEAS DE COMBUSTIVEIS	9.166,30 DB	0,00 CR	9.166,30 DB
3.1.2.03.19	+ 644	PECAS/MATERIAIS UTIL.NA PREST.SERV.	48.751,75 DB	3.381,98 DB	52.133,73 DB
3.1.2.03.20	645	IMPRESSOS E MATERIAIS DE ESCRITORIO	240,00 DB	0,00 CR	240,00 DB
3.1.2.03.21	142	FRETES E CARRETOS	3.183,61 DB	217,02 DB	3.400,63 DB
3.1.2.03.22	20	SEGUROS	641,61 DB	104,96 DB	746,57 DB
3.1.2.03.24	27	MATERIAL DE USO E CONSUMO	7.006,57 DB	0,00 CR	7.006,57 DB
3.1.2.03.99	641	OUTRAS DESPEAS	1.098,14 DB	112,65 DB	1.210,79 DB
3.5.0.00.00		RECEITAS	681.311,78 CR	79.786,01 CR	761.097,79 CR
3.5.1.00.00		RECEITAS OPERACIONAIS	681.311,78 CR	79.786,01 CR	761.097,79 CR
3.5.1.01.00		VENDA DE MERCADORIAS	237.105,47 CR	22.312,55 CR	-259.418,02 CR
3.5.1.01.01	702	VENDAS A VISTA	55.755,48 CR	5.830,59 CR	61.586,07 CR
3.5.1.01.02	703	VENDAS A PRAZO	181.349,99 CR	16.481,96 CR	197.831,95 CR
3.5.1.02.00		OUTRAS RECEITAS	444.206,31 CR	57.473,46 CR	-501.679,77 CR
3.5.1.02.03	766	PREST.DE SERVICOS DE MECANICA	223.739,21 CR	27.413,39 CR	251.152,60 CR
3.5.1.02.04	56	PREST.DE SERVICOS DE TRANSPORTES	220.467,10 CR	30.060,07 CR	250.527,17 CR

CUSTOS	810.743,16 DB	
CUSTOS OPERACIONAIS	112.283,00 DB	
CUSTO DE MERCADORIAS	112.283,00 DB	
DESPESAS OPERACIONAIS	506.034,14 DB	
DESPESAS TRIBUTARIAS	143.315,37 DB	
DESPESAS FINANCEIRAS	15.513,74 DB	
DESPESAS GERAIS	347.205,03 DB	
= RECEITA LIQUIDA	0,00 CR	17.426,89 CR
DESPESAS OPERACIONAIS	84.626,71 DB	
DESPESAS DO SETOR DE SERV.MECANICOS	84.626,71 DB	
= LUCRO BRUTO	0,00 CR	94.856,11 DB
DESPESAS OPERACIONAIS	107.799,31 DB	
DESPESAS DO SETOR DE TRANSPORTES	107.799,31 DB	
= RESULTADO OPERACIONAL	0,00 CR	371.702,07 CR
RECEITAS	990.019,21 CR	
RECEITAS OPERACIONAIS	990.019,21 CR	
VENDA DE MERCADORIAS	160.742,26 CR	
OUTRAS RECEITAS	829.276,95 CR	
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	0,00 CR	179.276,05 CR

RECONHECENDO A EXATIDÃO DA PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 de DEZEMBRO de 2007

CENTO E SETENTA E NOVE MIL E DUZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINCO CENTAVOS.....

Classificacao	Reduz	Descricao	Saldo Anterior	Saldo no Mes	Saldo Atual
3.0.0.00.00		RESULTADO OPERACIONAL	1.545,80 CR	2.824,91 CR	4.370,79 CR
3.1.0.00.00		CUSTOS	546.462,33 DB	42.137,35 DB	588.599,68 DB
3.1.1.00.00		CUSTOS OPERACIONAIS	47.839,58 DB	0,00 CR	47.839,58 DB
3.1.1.01.00		CUSTO DE MERCADORIAS	47.839,58 DB	0,00 CR	47.839,58 DB
3.1.1.01.01	430	MERCADORIAS VENDIDAS	47.839,58 DB	0,00 CR	47.839,58 DB
3.1.2.00.00		DESPESAS OPERACIONAIS	498.622,75 DB	42.137,35 DB	540.760,10 DB
3.1.2.01.00		DESPESAS TRIBUTARIAS	70.907,98 DB	5.783,19 DB	76.691,16 DB
3.1.2.01.01	491	ICMS	7.383,65 DB	539,25 DB	7.922,90 DB
3.1.2.01.08	498	CONTRIBUICAO SINDICAL	640,10 DB	0,00 CR	640,10 DB
3.1.2.01.09	499	C.P.M.F.	2.443,79 DB	261,88 DB	2.705,67 DB
3.1.2.01.10	500	SIMPLES-FEDERAL	48.416,50 DB	4.724,66 DB	53.141,16 DB
3.1.2.01.11	26	ISS	11.075,93 DB	237,17 DB	11.313,10 DB
3.1.2.01.99	501	IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS	948,01 DB	20,22 DB	968,23 DB
3.1.2.02.00		DESPESAS FINANCEIRAS	7.156,83 DB	156,12 DB	7.312,95 DB
3.1.2.02.02	563	JUROS DE MORA	5.008,90 DB	0,00 CR	5.008,90 DB
3.1.2.02.03	564	DESPESAS BANCARIAS	2.147,93 DB	156,12 DB	2.304,05 DB
3.1.2.03.00		DESPESAS GERAIS	420.557,94 DB	36.198,05 DB	456.755,99 DB
3.1.2.03.01	625	PRO-LABORE	26.437,80 DB	2.500,00 DB	28.937,80 DB
3.1.2.03.02	626	DESPESAS COM PESSOAL	275.172,51 DB	20.495,41 DB	295.667,92 DB
3.1.2.03.03	627	ENCARG.DA PREVIDENCIA	24.752,71 DB	3.472,20 DB	28.224,91 DB
3.1.2.03.04	628	ENCARG.DO F.G.T.S	19.997,38 DB	3.039,32 DB	23.036,70 DB
3.1.2.03.06	630	LUZ	10.823,99 DB	777,97 DB	11.601,96 DB
3.1.2.03.07	631	TELEFONE	10.946,04 DB	1.108,87 DB	12.054,91 DB
3.1.2.03.08	632	HONORARIOS	3.725,00 DB	795,00 DB	4.520,00 DB
3.1.2.03.11	635	DESPESAS DE VIAGENS	341,76 DB	0,00 CR	341,76 DB
3.1.2.03.14	638	LANCHES E REFEICOES	240,10 DB	0,00 CR	240,10 DB
3.1.2.03.15	639	DESPESAS COM VEICULOS	5.750,19 DB	103,38 DB	5.853,57 DB
3.1.2.03.16	643	DESPESAS DE COMBUSTIVELS	5.211,27 DB	25,00 DB	5.236,27 DB
3.1.2.03.19	644	PECAS/MATERIAIS UTIL.NA PREST.SERV.	26.248,99 DB	3.861,69 DB	30.110,68 DB
3.1.2.03.20	645	IMPRESSOS E MATERIAIS DE ESCRITORIO	209,75 DB	0,00 CR	209,75 DB
3.1.2.03.21	142	FRETES E CARRETOS	3.287,48 DB	317,66 CR	2.969,82 DB
3.1.2.03.22	20	SEGUROS	321,60 DB	0,00 CR	321,60 DB
3.1.2.03.23	9	IR FONTE	210,90 DB	283,20 DB	494,10 DB
3.1.2.03.99	641	OUTRAS DESPESAS	6.886,47 DB	53,67 DB	6.940,14 DB
3.5.0.00.00		RECEITAS	548.008,21 CR	44.962,26 CR	592.970,47 CR
3.5.1.00.00		RECEITAS OPERACIONAIS	548.008,21 CR	44.962,26 CR	592.970,47 CR
3.5.1.01.00		VENDA DE MERCADORIAS	79.732,64 CR	7.734,44 CR	87.467,08 CR
3.5.1.01.01	702	VENDAS A VISTA	19.615,94 CR	4.079,85 CR	23.695,79 CR
3.5.1.01.02	703	VENDAS A PRAZO	60.116,70 CR	3.654,59 CR	63.771,29 CR
3.5.1.02.00		OUTRAS RECEITAS	468.275,57 CR	37.227,82 CR	505.503,39 CR
3.5.1.02.03	766	PREST.DE SERVICIOS DE MECANICA	383.359,62 CR	21.082,71 CR	404.442,33 CR
3.5.1.02.04	56	PREST.DE SERVICIOS DE TRANSPORTES	84.915,95 CR	16.145,11 CR	101.061,06 CR

Classificacao	Reduz	Descricao	Saldo Anterior	Saldo no Mes	Saldo Atual
3.1.3.01.08	709	DESP. C/ MATERIAL DE USO E CONSUMO	3.750,51 DB	688,30 DB	4.438,81 DB
3.1.3.01.09	710	DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	0,00 CR	45,00 DB	45,00 DB
3.1.3.01.10	711	DESPESAS C/ MAT. DE HIG. E LIMPEZA	181,04 DB	0,00 CR	181,04 DB
3.1.3.01.11	712	DESPESAS COM COMBUSTIVEIS	836,22 DB	0,00 CR	836,22 DB
3.1.3.01.12	713	DESPESAS DE VIAGENS	14,88 DB	0,00 CR	14,88 DB
3.1.3.01.13	714	DESPESAS COM FRETES E CARRETOS	442,70 DB	125,76 DB	568,46 DB
3.1.3.01.14	715	DESPESAS COM VIGILANCIA	2.052,54 DB	684,18 DB	2.736,72 DB
3.1.3.01.15	716	LANCHES E REFEICOES	1.069,82 DB	227,79 DB	1.297,61 DB
3.1.3.01.16	650	DESPESAS COM MANUT DE EQUIPAMENTOS	170,00 DB	6,50 DB	176,50 DB
3.1.3.01.17	717	MULTAS RESCISORIAS	1.590,77 DB	0,00 CR	1.590,77 DB
3.1.3.01.99	799	OUTRAS DESPESAS DO SETOR MECANICO	298,48 DB	5,10 DB	303,58 DB
3.1.4.00.00		DESPESAS OPERACIONAIS	81.298,87 DB	26.500,44 DB	107.799,31 DB
3.1.4.01.00		DESPESAS DO SETOR DE TRANSPORTES	81.298,87 DB	26.500,44 DB	107.799,31 DB
3.1.4.01.01	800	DESPESAS COM PESSOAL	46.314,76 DB	13.499,18 DB	59.813,94 DB
3.1.4.01.02	801	ENCARGOS DA PREVIDENCIA	9.479,38 DB	6.637,85 DB	16.117,23 DB
3.1.4.01.03	802	ENCARGOS DO F.B.T.S	3.211,78 DB	1.452,13 DB	4.663,91 DB
3.1.4.01.04	805	DESPESAS COM VEICULOS	10.281,99 DB	2.923,23 DB	13.205,22 DB
3.1.4.01.05	807	DESPESAS C/ MAT. DE USO E CONSUMO	9.442,19 DB	0,00 CR	9.442,19 DB
3.1.4.01.11	810	DESPESAS COM COMBUSTIVEIS	1.795,76 DB	1.311,92 DB	3.107,68 DB
3.1.4.01.12	811	DESPESAS DE VIAGENS	331,27 DB	0,00 CR	331,27 DB
3.1.4.01.13	812	DESPESAS COM FRETES E CARRETOS	350,04 DB	200,56 DB	550,60 DB
3.1.4.01.14	813	LANCHES E REFEICOES	86,70 DB	0,00 CR	86,70 DB
3.1.4.01.15	814	MULTAS RESCISORIAS TRANSPORTE	0,00 CR	475,57 DB	475,57 DB
3.1.4.01.99	899	OUTRAS DESP. DO SETOR DE TRANSPORTES	5,00 DB	0,00 CR	5,00 DB
3.5.0.00.00		RECEITAS	894.900,20 CR	95.119,01 CR	990.019,21 CR
3.5.1.00.00		RECEITAS OPERACIONAIS	894.900,20 CR	95.119,01 CR	990.019,21 CR
3.5.1.01.00		VENDA DE MERCADORIAS	149.061,14 CR	11.681,12 CR	160.742,26 CR
3.5.1.01.01	702	VENDAS A VISTA	4.316,88 CR	3.366,01 CR	7.682,89 CR
3.5.1.01.02	703	VENDAS A PRAZO	144.745,06 CR	8.315,11 CR	153.060,17 CR
3.5.1.02.00		OUTRAS RECEITAS	745.839,06 CR	83.437,89 CR	829.276,95 CR
3.5.1.02.02	765	RECUPERACAO DE DESPESAS	42,82 CR	0,00 CR	42,82 CR
3.5.1.02.03	766	PREST. DE SERVICOS DE MECANICA	389.085,52 CR	34.114,31 CR	393.199,83 CR
3.5.1.02.04	56	PREST. DE SERVICOS DE TRANSPORTES	386.710,72 CR	49.323,58 CR	436.034,30 CR